



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

SABRINA DE CARVALHO RIBEIRO JACOBY FERNANDES

A perpetuação de dinastias políticas na nova ordem democrática brasileira e a importância do controle de meios de comunicação

Brasília - DF
2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
MONOGRAFIA PARA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

SABRINA DE CARVALHO RIBEIRO JACOBY FERNANDES

A perpetuação de dinastias políticas na nova ordem democrática brasileira e a importância do comando de meios de comunicação

Monografia apresentada ao Departamento de
Ciência Política da Universidade de Brasília –
UnB – como requisito para obtenção do título
de Graduação em Ciência Política.

Prof. Orientador: Dr. Ricardo Wahrendorf
Caldas

Brasília – DF
2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
MONOGRAFIA PARA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

SABRINA DE CARVALHO RIBEIRO JACOBY FERNANDES

A perpetuação de dinastias políticas na nova ordem democrática brasileira e a importância do controle de meios de comunicação

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Wahrendorf Caldas (UnB)

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra^a Julie Schmied (UnB) - Parecerista

Prof. Dr. Ricardo Wahrendorf Caldas (UnB) - Orientador

Agradecimento

A academia foi uma opção de vida. Os estudos e a pesquisa me fascinaram desde os primeiros semestres na universidade e a partir dali já desejava que o vínculo não fosse rompido. De uma forma ou outra estar em contato com a universidade me nutre.

Agradeço à Universidade de Brasília. Os três cursos, Sociologia, Antropologia e a Ciência Política, assim como o mestrado em Sociologia, mas na linha de sociologia política, indicavam a inegável paixão pelas Ciências Políticas, sim, no plural, e tiveram papel central no meu pensamento, desenvolvimento, em quem sou hoje. Grandes mestres, como Lia Zanotta Machado, com quem pesquisei por quatro anos, Lúcia Avelar, querida professora que me legou a paixão pela pesquisa, Ricardo Caldas e Paulo Nascimento, que me ensinaram a coragem para me posicionar em minhas análises e preferências de pesquisa, Débora Messenberg, minha estimada orientadora na sociologia e no mestrado, cujas pesquisas e conhecimento me fascinavam, influenciaram decisivamente meu gosto pela academia. À estes grandes mestres também deixo a minha gratidão.

Agradeço ao meu marido a compreensão, incentivo e carinho e ao meu pequeno filho. Sem dúvida minhas escolhas profissionais e acadêmicas sempre implicaram numa série de abnegações e ausências.

Aos meus pais e irmãos, agradeço os incentivos e orações.

Por fim, agradeço novamente ao Professor Ricardo Caldas, pela orientação, dedicação, compreensão com os meus horários e vida profissional, bem como pelo carinho e cuidado com a minha pesquisa.

Resumo

Apesar de ser o Brasil um país democrático, constitucional e institucionalmente regido por regras de isonomia e impessoalidade, percebe-se no campo político, uma grande concentração de profissionais políticos, herdeiros políticos experimentados na política e no poder.

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer o campo político brasileiro, buscando analisar a atuação e o perfil de famílias com grande tradição políticas, as aqui reconhecidas dinastias políticas, o perfil dos atores em termos de sua caracterização e representação, com a finalidade de perceber suas novas formas de reprodução na vida pública democrática, compreendendo algumas bases desta reprodução, como é o caso do controle dos meios de comunicação.

Realizou-se uma pesquisa qualitativa, pautada na análise documental de trajetórias políticas, de biografias de políticos das famílias pesquisadas, de pesquisas realizadas no legislativo brasileiro. Enveredou-se, posteriormente, por dois estudo de casos, para uma análise mais aprofundada das trajetórias dos políticos das famílias, buscando seus laços de parentesco ou afinidade, suas redes de poder político que atravessam gerações, bem como o conhecimento da extensão de seus domínios sobre os meios de comunicação dos seus estados. Levou-se em consideração capitais políticos, práticas, códigos de socialização, recursos materiais e simbólicos, alianças e redes sociais dos agentes e das famílias com tradição política.

A partir da construção das genealogias familiares percebe-se como as redes de parentesco sanguíneo e de “filiações simbólicas” se posicionam na própria construção dessa genealogia e na formatação do campo político. Não faz sentido falar em excrecência quando se analisa dinastia política. As dinastias políticas são muito atuais, seus parlamentares ou políticos de qualquer ordem tem agendas com temas extremamente relevantes e atuais e sabem fazer política. É notório que as leis do campo político beneficiam a entrada dos herdeiros políticos, mas é condição de sobrevivência que estes agentes demonstrem total domínio do *habitus*, a incorporação completa dos saberes para conseguirem se reproduzir politicamente. O resultado que se observa, no entanto, é que a socialização de seus membros, desde a mais tenra idade no campo político, dá uma enorme vantagem competitiva.

Palavras-chave: Dinastias políticas, poder simbólico, herança política, capital político.

Abstract

Although Brazil is a democratic country, constitutional and institutionally governed by rules of isonomy and impersonality, we can see in the political field a great concentration of political professionals, political heirs experienced in politics and power.

This research aims to know the Brazilian political field, seeking to analyze the performance and the profile of families with a great political tradition, as known as political dynasties, the profile of the characters in terms of their representation, with the purpose of perceiving their new ways of acting in democratic public life, including some bases of this propagation, as is the case of media control.

A qualitative research was conducted, based on the documentary analysis of political trajectories, biographies of politicians of the families researched, and researches carried out in the Brazilian legislature. Subsequently, two case studies were carried out to further analyze the trajectories of family politicians, seeking their kinship or affinity ties, their networks of political power that span generations, as well as the knowledge of the extent of their domains on the media of their states. Political capitals, practices, codes of socialization, material and symbolic resources, alliances and social networks of agents and families with a political tradition were taken into account.

From the construction of family genealogies one can see how blood kinship networks and "symbolic affiliations" stand in the very construction of this genealogy and in the format of the political field. It does not make sense to talk about excrescence when analyzing political dynasty. Political dynasties are very current, their parliamentarians or politicians of any order have agendas with extremely relevant and current themes and know how to do politics. It is notorious that the laws of the political field benefit the entry of political heirs, but it is a condition of survival that these agents demonstrate complete mastery of the *habitus*, the complete incorporation of the knowledge to be able to reproduce politically. The result, however, is that the socialization of its members, from an early age in the political field, gives a huge competitive advantage.

Key words: Political dynasties, symbolic power, political inheritance, political capital.

Sumário

Introdução	8
As Estruturas das Dinastias Políticas	10
O Poder Simbólico e o Campo Político	10
O Habitus do Homem Político	16
Os Tipos de Capital em Jogo no Campo Político.....	19
Metodologia de pesquisa.....	25
Parlamentares e parentes políticos	27
OS SARNEY.....	29
OS NEVES DA CUNHA.....	33
A importância do controle dos meios de comunicação.....	37
Conclusão.....	57
Referências bibliográficas	59

Introdução

Observando o processo de redemocratização do Brasil, iniciado em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves à Presidência da República e depois com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, bem como a subsequente maior consolidação e amadurecimento democrático, tendo em vista que, desde 2005 (superadas as crises econômicas e experienciadas a ampliação dos direitos dos cidadãos e de sua participação política) as formas de representação e de participação na democracia brasileira vêm sofrendo modificações profundas no que diz respeito à pluralização dos atores políticos e dos espaços onde tais processos são exercidos, observa-se ainda que muitos dos atores proeminentes do campo político pertencem a famílias com grande tradição política.

A despeito desta nova ordem democrática, percebe-se no campo político brasileiro uma grande concentração da produção de membros por um corpo de “profissionais”, um pequeno grupo de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais mais experimentados na política e no poder. Quanto aos produtos políticos resultantes dessas poucas e especializadas unidades produtoras, resumem-se a opções, geralmente reiteradas, e de famílias com tradição na política ou vinculadas a elas. Numa analogia de mercado, pesam, portanto, para os consumidores (eleitores), constrangimentos nas suas opções, que se veem tanto mais condenados à fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional aos seus representantes quanto mais desprovidos estão de competência social para a participação política, além de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos. Bourdieu diz em sua obra: “o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem” (BOURDIEU, 2010a, p. 166)

Assim, marcam o campo político no Brasil, de fato, a disputa por votos, a legitimação e o reconhecimento dos pares, mas também a fidelidade às marcas conhecidas, a prevalência do pequeno grupo que controla o campo e os constrangimentos que pesam sobre as escolhas dos eleitores.

A presente pesquisa pretende conhecer o campo político brasileiro, buscando especificamente analisar a atuação e o perfil de famílias com grande tradição políticas, as aqui reconhecidas dinastias políticas, o perfil dos atores em termos de sua caracterização e representação, com a finalidade de perceber suas novas formas de reprodução na vida pública democrática. Dinastias são aqui entendidas como famílias com tradição na vida política, que

conseguem transferir o seu capital político a descendentes aptos ao jogo político, socializados para este fim.

Buscando-se encontrar esta dinâmica que possibilita a perpetuação das dinastias políticas na vida política brasileira e deixar claro a sua marca na cultura política do Brasil como um todo, optou-se por estudar não só uma família com ampla tradição política no nordeste do país, que mais comumente é associado a uma política de bases mais tradicionais, mas também mostrar esta rede de poder com duas importantes famílias no sudeste e sul do país.

As Estruturas das Dinastias Políticas

O Poder Simbólico e o Campo Político

“... num estado do campo em que se vê o poder por toda parte, [...], não é inútil lembrar que [...] – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 2010a, p. 9)

O estudo de dinastias políticas, de suas redes, da transmissão do capital político aos seus descendentes e apadrinhados, de seu modo de ser e seus códigos, passa, antes de tudo, pelo entendimento deste poder praticamente invisível, onde o mando e a submissão são vivenciados veladamente, o que garante o mascaramento e a continuidade da dominação social e é explicada por Bourdieu como “capital simbólico”.

Este capital simbólico é visto como uma propriedade qualquer (força física, econômica, valor guerreiro) que, percebida pelos agentes sociais dotados das categorias de percepção e de avaliação, torna-se simbolicamente eficiente, como uma verdadeira força mágica. Ele exerce uma espécie de ação à distância, sem a necessidade de um contato físico, principalmente por responder às expectativas socialmente constituídas em relação às crenças.

Dessa forma o poder simbólico pode ser entendido como um crédito, um depósito de autoridade, dado por aquele que o está sujeito a quem o exerce, pondo nele a sua confiança. Este poder simbólico, portanto, só existe porque aquele que se sujeita crê que ele existe. (BOURDIEU, 2010a)

Assim, o capital específico que se busca na política é puro valor fiduciário, que depende da representação, da opinião, da crença depositada no ator político. O político busca constantemente, em sua trajetória, o crédito, a confiança de seus eleitores e pares e evita o descrédito público, com prudência em suas ações e palavras, silêncios e dissimulações perante a opinião do eleitorado e do próprio meio.

A relação de dominação simbólica não se dá, portanto, pela imposição ou violência física, mas de uma forma “mágica”, forjada num trabalho anterior, longo e praticamente

invisível, que produz naqueles submetidos à dominação, disposição necessária para obedecer sem questionar a própria obediência. A violência simbólica é então apoiada em crenças socialmente inculcadas e impõe submissões percebidas como naturais. Por isso, a legitimação da dominação é condição de validade de toda sorte de poder político.

Observa-se a naturalização das diferenças sociais em distinções que não deixam claro o seu modo de aquisição, especialmente no que se relaciona ao capital econômico e cultural presentes no capital simbólico. Essas aquisições passam a ser tidas como naturais para certos agentes políticos, reconhecidos como pertencentes ao campo e portadores de características necessárias ao desenvolvimento das funções políticas. A “distinção” no campo naturaliza-se, envolvendo recursos incorporados ao longo da trajetória, mas aparentemente adquiridos de forma inata, sendo justificados como algo merecido e natural.

Já internamente, num determinado grupo, visto que seus membros compartilham o referido capital simbólico, esse se desdobra, estabelecendo estruturas de percepção diferenciadoras entre seus membros, o que faz com que estes se vejam mais próximos ou mais distantes, de acordo com suas posturas, ideologias, práticas, valores, vínculos, capitais familiares.

O senso de distinção é, uma propriedade das classes ou das frações dominantes. São elas que definem esses esquemas classificatórios, em grande parte inconscientes, que servem como orientação de comportamento internamente e externamente, à todas as classes e frações sociais que de alguma forma encontram-se sob seu jugo. Contudo, a dominação é um processo que, embora simbólico, engendra uma série de preparações, objetivos, foco, e não se resume a uma mera aderência dos dominados às “estruturas dominantes”.

O poder decorrente do capital simbólico é, antes de tudo, o resultado do efeito exercido por um poder inscrito nos corpos dos indivíduos sob a forma de *habitus*, que integra e se relaciona a todo o campo. Essa relação não envolve simplesmente uma coerção tácita pela classe dominante, mas é fruto das limitações difusas do campo, tanto para dominados, como para dominantes, impondo a cada um, uma espécie de código postural.

Isso faz com que o homem político, socializado nesses códigos, seja reconhecido, legitimado e, geralmente, desejado naquela função. Isso porque retira a sua força simbólica da confiança que um grupo põe nele, mas com a condição de espalhar benefícios sobre os que assim o apoiam. O político retira seu poder propriamente “mágico”, esse poder simbólico que consegue se impor e dominar, expressando força sem violência física, sobre o grupo, através da fé que eles têm na sua representação.

Bourdieu expressa essa ideia do reconhecimento e da legitimação, e suas relevâncias, ao longo da obra *O Poder Simbólico*, dizendo que: “A verdade da promessa ou do prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade.” (BOURDIEU, 2010a, p. 186)

Dessa forma, é a crença na legitimidade das palavras, da postura, da autoridade, a incorporação dos códigos daquele que as pronuncia, que estabelece o poder tanto de suas palavras, como de suas ordens. Nesse sentido, menos interessa o conteúdo das palavras, mas prepondera o seu orador e o campo em que elas são proferidas. Este poder simbólico inscrito nos *corpus* e no campo é uma forma irreconhecível, transformada de várias outras formas de poder: trata-se de uma metamorfose das relações de força, ignorando-se a violência objetiva. O que resta aparente é o poder simbólico, produzindo efeitos reais, mas sem dispêndio aparente de energia.

No entanto, esse poder simbólico, apesar de invisível, é facilmente vivenciado, exerce uma espécie de fetichismo e por estar diretamente vinculado a grupos sociais, constitui-se em objeto de disputa que envolve estratégias coletivas e individuais que procuram conservá-lo ou adquiri-lo através da aproximação com aqueles que o detém e do distanciamento dos que pouco o possuem.

É relevante nesse estudo ater-se ao fato de que no jogo político essa disputa tem um tom mais forte, com códigos de conduta, lutas e posicionamentos ainda que velados, contundentes, conforme afirma Bourdieu:

“Nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo..., investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição de funcionamento do jogo: todos os que têm o privilégio de investir no jogo (em vez de serem reduzidos à indiferença e à apatia do apolitismo), para não correrem o risco de se verem excluídos do jogo e dos ganhos que nele se adquirem, quer se trate do simples prazer de jogar, quer se trate de todas as vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam o contrato tácito que está implicado no facto de participar do jogo, de o reconhecer deste modo como valendo a pena ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de conluio originário bem mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos.” (BOURDIEU, 2010a, p. 173)

Assim como o poder simbólico, as relações de força e toda sorte de capital político só surgem num campo propício, num lugar em que se geram querelas e produtos políticos, discussões, propostas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, a partir da concorrência entre os agentes nele envolvidos. Aos cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto

de “consumidores”, restam as escolhas entre as marcas produzidas no campo político. (BOURDIEU, 2010a)

No caso do campo político, a busca do poder político é um dos principais objetivos e se apresenta como “natural” para seus membros. Bourdieu (2010a) vê como superficiais as análises dos discursos e das ideologias políticas que enfatizam os enunciados, sem considerar a constituição do campo político e a relação entre esse campo e o espaço social mais amplo, o qual abrange as posições e os processos sociais. Ele chama a atenção para a exigência de fundar a análise do discurso político na construção do campo, no interior do qual esse discurso é produzido e recebido, e observar as organizações distintivas, seus esquemas de produção e de percepção e as relações mantidas com o espaço social no seu conjunto.

É preciso então compreender inicialmente a gênese social do campo, como esse campo surge, se sustenta e o que é necessário para fazer parte dele. Apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, da linguagem, da retórica, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, ou seja, explicar e entender o que é estabelecido para além das regras formais e conscientes.

A explicação é, portanto, histórica. Quando se investiga a instituição de um universo relativamente autônomo, a análise da história do campo é a única forma legítima de analisar a sua essência. A história mostra as raízes do campo e o que lhe conferiu, em certo momento, singularidade. A ciência humana não pode vislumbrar outro fim que não seja o de se reapropriar, pela tomada de consciência, da necessidade que está inscrita na história e, em particular, de conferir a si mesma o domínio teórico das condições históricas em que podem emergir necessidades trans-históricas. (BOURDIEU, 2010a). Desse modo, nenhuma análise de campo tanto da sua essência, como da definição formal pode ser distinta da afirmação da sua autonomia.

O campo pode ser assim entendido como um espaço de lutas entre diferentes agentes que ocupam posições distintas e que combatem por um capital específico ou pela redefinição desse capital. Nesse enfrentamento utilizam diferentes meios, diferentes recursos de poder, conforme sua posição.

O campo político, por sua vez, guarda as suas singularidades, apresentando-se como um universo social distinto, com suas regras, limites, códigos, posturas, o que o diferencia e separa, conferindo-lhe autonomia. Suas regras e estrutura dão o contorno desse universo, prescrevendo suas disposições operantes e significativas, possibilitando a hierarquização dos agentes no seu interior, com base no tipo específico de capital que eles podem mobilizar.

O campo político é, portanto, um universo social que estabelece as suas próprias leis, criando normas e limites que balizam a entrada e ação de membros externos a ele, ao passo que também estruturam sua dinâmica interna. Os movimentos, posturas e ações dentro desse campo relacionam-se diretamente com o acúmulo de um tipo especial de capital simbólico por parte dos membros do grupo político, de suas descendências políticas e/ou de suas instituições de origem. Esses elementos distintivos que têm uma força simbólica são resultado de processos de reconhecimento e atribuição de legitimidade a um conjunto de bens e práticas disponíveis e vivenciados pelos próprios integrantes do campo.

Nesse campo, a possibilidade de ocupar posições que detêm poder político é condicionada à capacidade de possuir recursos (nome de família, posições ocupadas nas tramas políticas, vínculos pessoais) como também disposições para saber utilizá-los e fazê-los frutificar na competição política. (ABÉLÈS, 1989 apud GRILL, 2003)

Do ponto de vista da sociologia política clássica, é na incorporação do saber fazer política, no trabalho que se demonstra ao longo da profissionalização, que se encontra o segredo do sucesso político e, portanto, da ocupação de posições-chave no campo político. É possível também entender as dificuldades intrínsecas como efeitos desse campo, com relativa autonomia, autocentramento e autoreferência. Assim, o que os políticos são em seu trabalho depende também do que foram em sua trajetória anterior (até mesmo o modo pelo qual se projetam em um futuro diferente ou em uma carreira política diferente na vida). Na sociologia política das instituições, a ocupação de uma posição, de um papel, mostra-se um posicionamento estratégico que cumpre o desempenho das tarefas e obrigações prescritas na história do posto, mas a forma pela qual os agentes, portadores de *habitus* muito diferentes, as exerce, transforma as formas legítimas de exercer essas funções de modo a proporcionar um beneficiamento político. (OFFERLÉ, 2011)

Já com relação às mudanças que ocorrem nos campos, essas são resultado de rupturas com a tradição, com uma estrutura estabelecida, sendo sempre relacionada à posições relativas. Os agentes, objetivamente situados em relação a seus pares no campo ou defendem a tradição, ou esforçam-se para quebra-la, demonstrando que a mudança também é forjada num processo de luta dentro do campo, por seus próprios membros e é consequência das necessidades ou insatisfações que surgem internamente.

Admite-se, assim, que o motor da mudança reside precipuamente nas lutas cujo palco são os campos de produção correspondentes: “essas lutas que visam a conservar ou a transformar a relação de forças instituída no campo de produção têm, evidentemente, o efeito

de conservar, ou de transformar, a estrutura do campo das formas que são instrumentos e alvos nessas lutas”. (BOURDIEU, 2010b, p. 63)

Dessa forma, as posições no campo político nunca são mero resultado das votações recebidas pelos agentes políticos. A relação com os próprios pares importa para o contingente de capital político, espécie de capital simbólico que cada agente demonstra ter no campo político. Ou seja, apesar de todos os políticos lutarem por votos e a popularidade contribuir para tal reconhecimento, sendo essa etapa eleitoral uma das fases cruciais, esse não é o único determinante no campo para a ocupação de posições estratégicas.

O funcionamento desse campo, a produção das formas de percepção e de expressão politicamente atuantes e legítimas é monopólio dos profissionais e se acha, portanto, sujeita aos constrangimentos e às limitações inerentes ao funcionamento do campo político. Nesse sentido, tanto a lógica censitária, que rege o acesso às escolhas dos atores políticos, quanto à oligopolística, que rege a oferta dos produtos do campo, disseminam seus efeitos nesse empreendimento.

Percebe-se no campo político um monopólio da produção de membros por um corpo de profissionais, um pequeno grupo de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais mais experimentados. Quanto aos produtos políticos resultantes dessas poucas e especializadas unidades produtoras, resumem-se à opções, geralmente reiteradas, e de famílias com tradição na política ou vinculadas à elas. Pesam, portanto, para os consumidores, constrangimentos nas suas opções, que se veem tanto mais condenados à fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional aos seus representantes quanto mais desprovidos estão de competência social para a participação política, além de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos. Bourdieu diz: “o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem.” (BOURDIEU, 2010a, p. 166)

Assim, marcam o campo político a disputa por votos, a legitimação e o reconhecimento dos pares, mas também a fidelidade às marcas conhecidas, a prevalência do pequeno grupo que controla o campo e os constrangimentos que pesam sobre as escolhas dos eleitores. Um dos resultados desse complexo campo político é a delegação de poder e autoridade mais intensa aos políticos tradicionais, aos membros de dinastias políticas, na medida da carência de capital social dos cidadãos para agirem politicamente.

O *Habitus* do Homem Político

Na política, a probabilidade de sucesso no jogo político vincula-se à certa competência específica, saber fazer política, ser um político, ou seja, ter o *habitus* do político. Isso requer uma preparação especial, com uma aprendizagem necessária para adquirir o “*corpus* de saberes específicos”, uma incorporação praticamente postural, como o domínio de certa linguagem e retórica política. Trata-se, portanto, de uma espécie de iniciação, com provas e ritos de passagem, que tem como resultado a incorporação paulatina do domínio prático da lógica imanente ao campo político.

O aprendizado envolve uma submissão, não no sentido de coerção, mas de interiorização, de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes ao campo, bem como seus constrangimentos e controles. Aprende-se o que é dizível, pensável ou, ao contrário, o que não o é no campo político e isso estabelece uma relação direta com os interesses expressos pela classe e grupos sociais a que pertencem os agentes políticos. Nesse sentido, todas as suas ações e pensamentos dentro do campo político, relacionam-se a um projeto político.

Essa preparação específica para o ingresso no campo político, essa iniciação moldada por rituais de passagem, faz com que o domínio prático dessa lógica do campo político seja incorporado pelos seus agentes de modo tão natural, que tais valores, regras, práticas e toda sorte de estrutura do campo passam a ser seus próprios valores, regras e práticas.

O *habitus* pode então ser entendido como sistemas de “disposições duráveis”, “estruturas estruturadas” predispostas a operar como “estruturas estruturantes”. São princípios geradores de práticas distintas, mas também distintivas que, como tais, retraduzem as características intrínsecas de uma posição no campo em um estilo de vida único, isto é, preparam o agente para um conjunto de escolhas como se essas fossem dadas por um gosto inato. (BOURDIEU, 2010b) As práticas distintivas acabam por conferir uma unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes. Isso significa que dentro do próprio campo político, além do *habitus* político amplo e geral, cada grupo ali inserido porta também um *habitus* específico, ainda que orientado por aquele mais geral.

Os *habitus* são diferenciados na medida em que conferem a um agente uma determinada forma de vida, uma posição, mas também são diferenciadores na medida em que situam um agente em relação a outro e aos demais cidadãos, externos ao campo. O *habitus* é, portanto, aquilo que se adquire e se incorpora como se fossem disposições regulares, sendo

determinado pela posição social do indivíduo, o lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações, mas que é reflexo dos interesses do grupo, do jogo político em que o agente está disposto.

Ele traduz-se num conjunto de práticas que são automáticas e impessoais, que podem ser objetivamente voltadas a seu fim, sem com isso indicar um propósito consciente e um domínio expresso dos meios para atingi-lo. Um ponto importante para se entender o *habitus* político é apreender o campo político onde essas práticas são vivenciadas. Elas podem ser coletivamente organizadas, mas também produto da ação instrutora de um agente com mais capital e proeminência no campo político.

Offerlé (2011) considera, à luz de Max Weber, que um verdadeiro político porta três qualidades determinantes tanto na entrada, como para a permanência no campo (complementares e eventualmente contraditórias): a paixão, o sentimento da responsabilidade e o senso de proporção. Todas elas não são aprendidas diretamente, mas a partir de uma socialização dentro do campo, orientada inconscientemente pelo *habitus* e necessária ao desempenho da função.

Desses aprendizados, o que exige menos preparação e que geralmente é obtido primeiro, é a gestão dos assuntos locais ou das técnicas de comunicação. Os demais aprendizados são interiorizados através de uma socialização difusa: a aptidão e o gosto pelo mando e pelo aprendizado sobre o conjunto dos papéis políticos. (OFFERLÉ, 2011)

A vivência e a incorporação do *habitus* não podem ser compreendidas então fora de sua dimensão relacional com o campo. Essa relação entre campo e *habitus* é imprescindível para se entender a lógica vivenciada, reproduzida e alterada pelos seus membros, refutando a visão mecânica da ação, na qual esses agentes são tratados como se fossem movidos por ações conscientes, como se instrumentalizassem intencionalmente os objetivos de suas ações e agissem de forma à alcançá-los da maneira mais eficiente possível.

O campo engendra relações objetivas entre os agentes, que ocupam posições que foram definidas em lutas anteriores. Esse mesmo campo encerra-se numa gama de oportunidades, tanto de recursos de poder, como de posições estratégicas, mas é preciso dominar sua lógica e especificidades para poder entrar no jogo. Visto que as posições e desenvolvimento no campo não são resultados de uma ação direta e consciente, orquestrada numa interação, mas que é a própria estrutura do campo que indica como as ações percebidas nessas interações irão revestir a experiência, a trajetória dos agentes, o conhecimento da

estrutura e a incorporação do *habitus* relacionado ao campo mostram-se como significativas vantagens competitivas no tocante à entrada e permanência.

A ideia de corporificação à que a noção de *habitus* remete, revela o caráter pré-reflexivo das ações e escolhas. O corpo humano “é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo.” (BOURDIEU, 2010b, p. 144) Essa incorporação de significados e de esquemas distintivos e classificatórios inicia-se na socialização primária e segue em momentos de ressocialização, consequentes das escolhas que são realizadas ao longo da vida, da trajetória, elas mesmas orientadas pelo *habitus*.

O acúmulo de capital através do trabalho político é longo e perpassa a vida de profissionais do presente e do passado. Toda a vivência no meio é transmitida num ensinamento cotidiano dentro campo, sendo incorporado e naturalizado paulatinamente. Por exemplo, as capacidades mais gerais dos políticos: o domínio de certa linguagem e de certa retórica política, que se apresenta na condição do “tribuno” (indispensável nas relações com o povo) e na do “debatedor” (necessária nas relações entre profissionais/pares).

A incorporação desses significados e esquemas permite o “bom posicionamento” e a ação no campo. Adquire-se o sentido prático das tomadas de posições, vendo-as como possíveis e impossíveis, prováveis e improváveis e isso é o que permite aos diferentes ocupantes das diferentes posições, escolher as tomadas de posições convenientes e evitar aquelas comprometedoras.

Quanto à interdependência entre o *habitus*, o campo e as práticas pode-se dizer que certos *habitus* acham as condições da sua realização, e até mesmo do seu desenvolvimento, na lógica do aparelho, mas também que a lógica do aparelho “explora”, em seu proveito, as tendências inscritas nos *habitus*. (BOURDIEU, 2010a)

O pertencimento à determinadas classes sociais pode, então, ser compreendido a partir da ideia de incorporação das disposições e dos esquemas valorativos/avaliativos. O compartilhamento de certos *habitus* por indivíduos acaba por fazer com que eles, de forma não propriamente consciente, vivenciem práticas sociais similares e, muitas vezes, alimentem estratégias comuns, formando grupos. Isto porque ao mesmo tempo em que está presente como algo objetivado nas coisas, também se encontra incorporado nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, pensamento e ação. (MESSENERG, 2009) Essa concordância entre estruturas objetivas e estruturas

cognitivas leva à naturalização e faz com que o mundo social e suas divisões, sejam vistas como naturais e evidentes, adquirindo, portanto, legitimação.

Assim, o *habitus* resume-se não numa aptidão natural, mas social, variável através do tempo, do lugar e, sobretudo, através das disposições de poder. É simultaneamente “estruturado”, visto que se processa por meios sociais passados, e “estruturante”, de ações e representações presentes. Opera como “o princípio não escolhido de todas as escolhas” (BOURDIEU, 2010a), guiando ações que assumem o caráter sistemático de estratégias mesmo que não seja o resultado de tal intenção, nem tenham sido objetivamente organizadas.

A prática não é nem o resultado certo dos ditames estruturais nem a consequência da perseguição intencional de objetivos pelos indivíduos, mas antes o produto de uma relação dialética entre a situação/contexto e o próprio *habitus*.

Nesse sentido, Bourdieu (2010a) salienta que apesar da relativa abertura do campo político com o passar do tempo, no tocante à entrada, exige-se no campo um reforço dos requisitos em matéria de competência geral ou mesmo específica, o que corrobora o beneficiamento, mesmo por via distinta e informal, dos membros de famílias com tradição na política, detentores de um capital político significativo.

Ao “líder herdeiro” de uma família com tradição política ou facção exige-se então a operacionalização dos códigos de legitimação das organizações cujos antecedentes biológicos ou simbólicos participaram e/ou procuram encarnar, bem como dos atributos e das recompensas que produziram a sua existência e sua continuidade na política. Ao mesmo tempo ele se torna responsável, ou ao menos assim pretende, pela sobrevivência do grupo familiar e/ou da organização, o que pressupõe a renovação das práticas, do estabelecimento de lealdades e de interpretação dos códigos. (GRILL, 2003)

Os Tipos de Capital em Jogo no Campo Político

O conceito sociológico de capital não é limitado ao seu sentido econômico. Parte-se da ideia de capital simbólico, como uma espécie de “crédito” social, no sentido preciso do termo, isto é, algo que depende fundamentalmente da crença socialmente difundida na sua validade (BOURDIEU, 2010a). A eficácia deste capital simbólico liga-se, portanto, à universalidade do reconhecimento que ele recebe.

A partir do conceito de capital simbólico, na investigação das dinastias políticas, transmitindo constantemente suas habilidades, prestígio, honra, eleitorado, fidelidades, favores a membros da família ou apadrinhados políticos, surge a necessidade de se entender o conceito bourdiesiano de capital político, de forma a dar mais nitidez às ações e posições no campo, assim como às formas de transferência de poder político:

“O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem à uma pessoa – ou à um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem.” (BOURDIEU, 2010a, p. 188)

O capital político assegura aos seus detentores certa forma de apropriação de bens e serviços disponíveis no campo político. É nesse contexto social que são definidas as regras e estruturas que admitem a entrada de discursos e práticas vistas como legítimas, a partir de processos de reconhecimento vivenciados pelos membros do grupo.

O capital político implica, portanto, no reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Compõe-se de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), de capital social (redes de relações estabelecidas) e de capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política). (MIGUEL, 2003)

Desigualmente distribuído na sociedade, o capital político pode ser vislumbrado na forma de pirâmide, tendo uma alta concentração de poder no topo e decaindo até a base. Na base da pirâmide tem-se os eleitores, optando por uma entre as alternativas propostas, geralmente com pouca voz ativa na vida política. No cume, os líderes produtores das alternativas em jogo, “reconhecidos” como representantes dos diversos segmentos sociais. Na categoria intermediária, os analistas políticos, presentes na mídia, que interpretam o jogo político para os leigos. (MIGUEL, 2003)

A fim de aprofundar as nuances que compõem os capitais políticos e reconhecendo que formas diversas angariam tal poder, Bourdieu (BOURDIEU, 2010a) estabelece uma tipologia tripartite de suas formas. Trata-se, no entanto, de uma representação ideal-típica, em termos weberianos, salientando que o que vemos na realidade são, geralmente, situações que misturam dois ou até os três tipos de capital político, contudo, prevalecendo um deles. Tem-se então, fruto da teoria bourdiesiana: o capital delegado, o capital convertido e o capital heroico.

“[...] o capital delegado da autoridade política é como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por

ela: é o partido que, por meio da ação de seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade.” (BOURDIEU, 2010a, p. 191),

O capital político delegado pertence, na verdade, à organização, que o delega/confia/deposita ao político. É o capital relacionado ao prestígio do qual se beneficia os ocupantes de cargos institucionais, sejam eles relacionados às posições de relevo nos Poderes Executivo, Legislativo, e, principalmente, na máquina partidária.

No que se refere à delegação do capital político por meio de um partido, o fundamento encontra-se na transmissão e nas estratégias de apropriação dos recursos coletivos: sigla, legenda, realizações, efeitos ao longo do tempo. Nesse sentido, a delegação está presente já no processo que envolve a seleção interna seguida da designação do sucessor a partir da instituição, assim como nos investimentos individuais resultantes da incorporação do patrimônio coletivo, no uso da “visibilidade”, da “antiguidade”, da “notoriedade” e da “identidade” fornecida pela empresa política. (OFFERLÉ, 1987 apud GRILL, 2003)

Por isso, ao passo que o capital pessoal desaparece com a pessoa do seu portador, ainda que origine polêmicas de herança, o capital delegado da autoridade política é produto da transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado pela instituição, e obedece a uma lógica particular: a investidura. (BOURDIEU, 2010a)

A investidura é um ato propriamente mágico da instituição pelo qual o partido consagra oficialmente o candidato oficial a uma eleição. Isso marca a transmissão de um capital político. Ela é também a contrapartida de um longo investimento de tempo, de trabalho, de dedicação, de devoção à própria instituição. (BOURDIEU, 2010a)

Dessa forma, percebe-se que é, em última instância, a instituição que controla o acesso à notoriedade pessoal, controlando, por exemplo, o acesso às posições de destaque, ou os lugares de publicidade, embora o detentor de capital delegado possa sempre obter capital pessoal por meio de uma estratégia, a qual consiste em tomar, em relação à instituição, o máximo de distância compatível com a manutenção da pertença e da conservação das vantagens correlativas.

Grill enfatiza a herança política na qual assume maior ênfase uma modalidade de “sucessão não familiar”, cuja designação de um herdeiro ocorre mediante processos de “cooptação”. (GARRAUD, 1989; 1992 apud GRILL, 2003)

Os processos de “filiações simbólicas” podem ocorrer sob o controle pessoal de uma liderança política, de uma liderança local, geralmente o principal responsável pela obtenção do capital político da organização partidária, portanto a herança familiar é uma forma de

capital delegado. Pode ainda assumir o formato de empreendimentos coletivos, assim o partido responsabiliza-se pelo aprendizado e pela incorporação do *habitus* do sucessor político.

Já o capital convertido é resultado da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios, geralmente em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem certo capital cultural. (BOURDIEU, 2010a) Trata-se da notoriedade e da popularidade obtidas em outras áreas e que são transferidas para a política.

Vinculada às redes de relações e de contatos, resultado de capital de relações sociais manipulados por um agente, mas geralmente administrado e acumulado por uma família, esta concentração de notoriedade advém da posse de recursos raros e personificados, utilizados para angariar, renovar e manter tais laços.

Provém dessas relações a aquisição dos lucros materiais e simbólicos, o que depende, primordialmente, dos investimentos efetuados para a produção e reprodução dos círculos de inter-reconhecimento, gerando um capital social que fundamenta a notoriedade. (GRILL, 2003)

O capital heroico, por sua vez, pode ser definido como um subtipo do capital convertido. “O capital pessoal à que se pode chamar heroico e profético e no qual pensa Max Weber quando fala de “carisma”, é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise”. (BOURDIEU, 2010a, p. 191)

Observa-se, portanto, que enquanto o capital pessoal de “notoriedade” e “popularidade”, produto da conversão de capital de notoriedade adquirido em vários domínios é produto de uma acumulação lenta e contínua, o carisma é produto de uma ação inaugural, realizada em situações de crise, no vazio e no silêncio deixado pelas instituições e pelos aparelhos.

De forma geral, os capitais políticos preconizam o reconhecimento social, que faz com que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente.

Em matéria de política esse desapossamento da maioria dos cidadãos em termos de “competência” política é correlativo, ou mesmo consecutivo, à concentração dos meios de produção de políticos nas mãos de profissionais. Esse monopólio faz com que possam entrar no jogo propriamente político apenas aqueles agentes que possuem uma competência específica.

O homem político deve, portanto, a sua autoridade específica no campo político à força de mobilização que detém. Essa força pode ser adquirida à título pessoal, por delegação, como mandatário de uma organização (partido, sindicato) detentora de um capital político acumulado, ou à mobilização que realizou em termos heroicos.

Nesse sentido a transferência do capital político facilita, permite com uma boa margem e chances de sucesso, a entrada de um indivíduo no campo político porque os “herdeiros” de líderes políticos herdaram não apenas o “*savoirfaire*” da política, a preparação e a socialização no campo, mas também as redes de vínculos, compromissos e lealdades estabelecidos pela família/partido. (MIGUEL, 2003)

Percebe-se também que a inscrição em uma genealogia familiar e em redes de reciprocidade, bem como o trabalho de instauração e de manutenção dessas redes, permitem a transmissão e a apropriação do capital simbólico personificado, das amizades instrumentais, das bases de interconexões e das gratidões e compromissos acumulados pelos ascendentes. O pretense herdeiro precisa então comprovar a proximidade, a lealdade e os compromissos para com o ascendente com vistas a se apresentar como depositário do patrimônio político. (GRILL, 2003)

Essa “herança política” é compreendida então como resultado da transferência do capital político por laços de parentesco resultantes de uma descendência ou mesmo de casamentos e por vínculos de parentesco político. Sendo assim, essa escolha dos herdeiros pode-se dar no âmbito do parentesco, por consanguinidade, ou por aliança. Essas alianças são gestadas num “sistema de relações inseridas em uma tradição política ou força política cuja forma de enunciação busca na matriz do parentesco biológico o vocabulário e a forma de ordenar os elos hierárquicos.” (GRILL, 2003, p. 15)

Essas abordagens teóricas vêm auxiliar na compreensão dos problemas aqui colocados, ou seja, entender como são possíveis os mecanismos de sucessão de tradição política no seio da disputa democrática. Qual o lugar das heranças políticas e como elas são operacionalizadas? Quais as explicações da sua ocorrência visto que já não se pode falar mais em pura excrescência? O que motiva esses “herdeiros” políticos a continuar na disputa? Em que medida a dominação de meios de comunicação beneficia a entrada e permanência no campo político. Seria esta propriedade de meios de comunicação um elemento diferenciador na disputa política? Isso à luz de uma abordagem qualitativa, entendendo os porquês em seus contextos, sem uma avaliação valorativa com o intuito de

compreender como as heranças políticas se reproduzem num terreno democrático e de participação popular na política.

Metodologia de pesquisa

Optou-se pela pesquisa qualitativa porque o estudo aqui proposto concentra-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações políticas e sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. De uma forma geral, as pesquisas qualitativas têm como ponto principal entender, descrever e, algumas vezes, até mesmo procurar explicar os fenômenos políticos, sociais e culturais de grupos ou indivíduos.

A metodologia inicialmente foi pautada na análise documental, das trajetórias políticas, das biografias dos políticos das famílias pesquisadas, das ações políticas mais relevantes, de pesquisas realizadas no legislativo brasileiro, principalmente as pesquisas do Transparência Brasil e do Intervezes. Foi possível, a partir deste empreendimento, sistematizar todos os parlamentares que detêm concessões de rádio/TV e ainda correlacionar estas concessões com as trajetórias políticas familiares.

Enveredou-se, posteriormente, por estudo de casos, pela análise mais aprofundada das trajetórias dos políticos de duas famílias pesquisadas, buscando seus laços de parentesco ou afinidade, suas redes de poder político que atravessam gerações, renovando-se, suas ações e escolhas políticas mais relevantes, bem como o conhecimento da extensão de seus domínios sobre os meios de comunicação dos seus estados.

Esta opção adicional pelo estudo de caso justifica-se pela riqueza dos dados e informações dos políticos, pela disponibilidade de material sobre as trajetórias e também devido à importância da experiência de cada família, onde se insere o objeto de estudo, visando compreender o modo de fazer política daqueles que foram socializados desde a mais tenra idade e que vivem e se reproduzem no campo específico da política.

Pretendeu-se realizar a construção de duas genealogias de famílias com grande tradição política no Brasil, a dos Sarney, que tem como campo específico o Maranhão e o Amapá e a dos Neves da Cunha, em Minas Gerais e Rio de Janeiro. A opção por estas três famílias não se deu de forma aleatória, mas buscaram-se algumas das famílias políticas mais influentes, em nos estados diferentes, de duas regiões completamente distintas em termos de desenvolvimento. A intenção é desmistificar que a existência de dinastias políticas somente no nordeste do país.

Tanto para a análise de dados, como para os estudos de casos, fontes da imprensa e mídia foram usadas nas suas diversas formas, como jornais, blogs, internet, entrevistas, numa análise e sistematização das abundantes informações dispersas.

Parlamentares e parentes políticos

Em 2014, um estudo da organização Transparência Brasil apontou que 49% dos Deputados federais eleitos têm parentes políticos. O mapeamento faz parte de uma série já realizado em anos anteriores e, desta vez, mostrou um crescimento de cinco pontos percentuais com relação aos representantes eleitos em 2010.

Um dado interessante é que entre os parlamentares com 35 anos ou menos a situação é ainda mais acentuada: 85% dos Deputados federais jovens eleitos são herdeiros de famílias políticas. Isso corrobora a ideia trazida por Bourdieu de que os políticos mais experimentados compartilham um determinado capital simbólico, estabelecendo as estruturas de percepção que faz com que alguns estejam mais próximos do campo político.

Analisando-se os dados, percebe-se que o Deputado federal pela Paraíba mais votado foi Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), de 26 anos, que é filho do Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). Cássio Cunha Lima já foi prefeito de Campina Grande por três vezes, deputado federal por dois mandatos e governador da Paraíba por duas vezes. Atualmente é Senador da República e Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal. É importante observar que a família Cunha Lima forma um dos clãs mais fortes da região nordeste: o avô de Pedro Cunha Lima, Ronaldo Cunha Lima, também foi governador da Paraíba e Senador pelo estado; seu primo Bruno Cunha Lima é vereador de Campina Grande e recém-eleito Deputado estadual; um de seus tios foi o ex-Deputado e ex-Senador Ivandro Cunha Lima.

A transferência de poder, ou seja, do capital político, de uma geração a outra de uma mesma família tanto é uma forma de manter no cenário político figuras tradicionais – muitas das quais chegam a ser rejeitadas pelas urnas – como uma maneira de perpetuar algumas práticas e posturas políticas, que garantem a defesa dos interesses de determinados grupos locais e dificultam a entrada no campo político por agentes não iniciados/experimentados, isso por causa da naturalização das diferenças sociais em distinções, que fez com que as aquisições de capital político sejam vistas, por parte do eleitorado, como naturais e merecido.

No Senado Federal, a porcentagem geral de parlamentares com parentes na política é ainda mais alta do que na Câmara dos Deputados: 6 em cada 10 Senadores fazem parte de famílias com tradição política. Apesar de alto, este número é quatro pontos percentuais abaixo do verificado no levantamento realizado em 2006 e 2010 pela organização Transparência Brasil.

Não se pretende aqui mostrar os dados buscando a explicação em termos de atraso político ou de uma herança maldita, insuperável, como alude, por exemplo, Jessé Souza e Werneck Vianna. Não se desconsidera aqui a modernização ocorrida no Brasil, nem se alimenta a nostalgia da administração portuguesa e suas herdades.

Adentrando na seara da cientificidade política, busca-se um entendimento de como características tradicionais processam-se no contexto atual, paradoxal quanto à modernidade e repleto de barganhas políticas.

Parte-se do pressuposto de que alguns traços culturais característicos da forma de pensar e de fazer política no país têm permanecido inalterados ou sofreram poucas modificações ao longo do tempo, persistindo no comportamento político institucional de hoje. Não se trata, contudo, de dizer que são os mesmos da época da colonização, mas que se reproduziram sob nova roupagem, num outro contexto.

Sabe-se que a prática política não é um resultado direto da estrutura política que uma família pode fornecer, nem a consequência de uma perseguição intencional de objetivos pelo grupo familiar, mas a prática política é, antes de tudo, uma relação dialética entre um determinado contexto e o próprio *habitus* do postulante, incorporado muito lentamente, numa socialização paulatina no campo político, muitas vezes desde a tenra infância. Este *habitus* é sim adquirido e incorporado como disposições regulares, mas é também reflexo do interesse do grupo político a que pertence.

Observa-se que essas relações de parentesco são especialmente altas entre os Deputados federais das regiões Nordeste e Norte: 63% e 52%, respectivamente. Observa-se também que os cinco estados com percentuais mais elevados são nordestinos: Rio Grande do Norte (100%), Paraíba (92%), Piauí (80%), Alagoas (78%) e Pernambuco (76%). No Senado as regiões marcam 59% e 67%, respectivamente, e em seis estados todos os representantes têm ou já tiveram algum parente eleito (Acre, Alagoas, Espírito Santo, Paraíba, Paraná e Sergipe). No entanto, 44% para a Câmara e 67% para o Senado no Sudeste, 67% para o Senado no Sul não são dados pouco relevantes e que sustentam a nossa hipótese de que a prática da transferência da herança política ainda é significativa em todo o país, desmistificando a ideia de tradições políticas apenas no Nordeste do país.

Tabela II. Parlamentares com parentes por regiões

REGIÃO	CÂMARA			SENADO		
	Parentes	Total	%	Parentes	Total	%
NORDESTE	95	151	63%	16	27	59%
NORTE	34	65	52%	14	21	67%
CENTRO-OESTE	18	41	44%	5	12	42%
SUDESTE	78	179	44%	8	12	67%
SUL	24	77	31%	6	9	67%
TOTAL	249	513	49%	49	81	60%

Para visualizar melhor toda esta dinâmica de capital político, campo e *habitus*, traz-se aqui, com mais ênfase, como enunciado, duas famílias: uma no Nordeste (os Sarney) e uma do Sudeste (os Cunha Neves).

OS SARNEY

Para se entender o domínio político dos Sarney no Maranhão, há que se entender um pouco do campo político histórico do estado. Até o limiar dos anos 1960, a política estadual era dominada por um outro grupo oligárquico, chefiado por Vitorino Freire (muito ligado ao PSD e aos militares, foi Deputado e Senador diversas vezes). A literatura mostra que todos os governadores eleitos de 1947-1964 seriam correligionários de Vitorino, indicados por ele¹. Vitorino comandava com mão de ferro o Maranhão, apoiado por coronéis latifundiários do interior, grandes comerciantes e industriais. Era conhecido por reprimir com violência as manifestações dos trabalhadores e por fraude nas eleições, garantindo a “vitória” de seus candidatos. (COSTA, 2002)

O poder político do grupo liderado por José Sarney teve início após uma campanha vitoriosa ao governo do estado contra a liderança de Vitorino Freire, em 1965. No Entanto, não se sabe ao certo a veracidade desta oposição, pois o próprio Vitorino, em seu livro de memórias “*A laje da raposa*” diz que apoiou outro candidato, que sabia que não venceria, servindo apenas para atrapalhar o candidato de Newton Belo e garantir a vitória de Sarney.

O que importa para este estudo é reconhecer que já nessa primeira campanha própria e, posteriormente, no seu projeto de governo identificam-se os traços políticos e ideológicos que

¹ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vitorino-de-brito-freire>

vão marcar o *habitus* do Grupo Sarney: um discurso de modernização, contra uma prática de atraso identificada na atuação de Vitorino Freire e de progresso ao projetar, ou até mesmo ludibriar, fantasiando um futuro de desenvolvimento e riqueza para o Maranhão.

A Dra. Ilse Gomes Silva, em estudo recente intitulado “*POLÍTICA E IDEOLOGIA NO MARANHÃO: do Maranhão Novo ao Novo Tempo*”, expõe que os sucessivos políticos do grupo, que substituíram José Sarney à frente do governo no estado, mantiveram esta matriz do discurso da modernização, criaram uma ideia de inserção do Maranhão na economia nacional e mundial, bem como se desvincularam do processo de empobrecimento da maioria da população. Assim, a estratégia adotada é sempre reeditar o discurso da modernização como caminho para o desenvolvimento sem, no entanto, vincular esse desenvolvimento a melhoria da qualidade de vida da população. (SILVA, 2013)

Sarney, a partir de sua vitória ao governo, que derrotou a era vittorina, começa a formar sua base de apoio, seus correligionários, seus afilhados políticos. Antônio Dino, que foi Vice-Governador, era um destes afilhados, mas que depois rompeu com Sarney.

No governo seguinte, o próprio Sarney ajudou a escolher o novo governador, Pedro Neiva de Santana, seu ex-secretário de Fazenda e, como era conhecido, um sarneísta de origem. Indicado pela Arena, Pedro Neiva foi eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa em outubro de 1970, mas Pedro Neiva também romperia com Sarney tempos depois, pois achava-se desautorizado pela ingerência de Sarney. João Castelo, último governador eleito por via indireta, também foi indicado por Sarney, mas também rompeu com o político, assim como Eptácio Cafeteira. Mas Cafeteira alinha-se novamente com Sarney, que lhe empresta apoio político, e vence as eleições para o governo do Maranhão. Anos depois, rompem novamente.

Não só um nome, mas um grupo que se mantém fiel aos Sarney é Lobão. Edson Lobão foi eleito governador com o apoio de Sarney e muitos apoios recíprocos vem desde este marco. Sarney também apoiou José Ribamar Fiquene, sucessor de Lobão, quem passou o governo a Roseana Sarney.

José Reinaldo Tavares, vice de Roseana ganha apoio da família Sarney para se candidatar nas eleições de 2002 e vence Jackson Lagos, mas também rompe com Sarney no ano seguinte. Foi Sarney quem lançou José Reinaldo na vida pública. O então governador foi seu ministro – dos Transportes, entre 1986 e 1990 – e vice-governador do Maranhão durante os dois períodos em que a filha do ex-presidente, como dito. Em 2004, José Reinaldo rompeu com ambos e se tornou o principal adversário da família.

Com 59 anos de atuação política, Sarney é o político com carreira nacional mais longa na história do Brasil, superando até mesmo Ruy Barbosa, que era considerado o mais duradouro político no período republicano (foi senador por 31 anos contra os 36 de Sarney). Sarney também já atuou em quatro constituições (1946, 1967, 1969 e 1988, esta última convocada por ele, no exercício da Presidência da República). Soma-se à sua trajetória de sucesso político o seu credenciamento, por seus laços de amizade, com homens de peso, como Antônio Carlos Magalhães, ex-governador da Bahia e um dos principais chefes do PFL.

Trajetória política de José Sarney ²	
Ano	Cargo
1956 - 1957	Deputado Federal (curtos períodos)
1959 - 1966	Deputado Federal
1959 - 1960	Vice-líder da UDN na Câmara
1966 - 1970	Governador do Maranhão
1971 - 1985	Senador MA
1985 - 1990	Assumiu a Presidência após a morte de Tancredo
1991 - 2015	Senador AM
1995 - 1997	Presidiu o Senado
2003 - 2005	Presidiu o Senado
2009 - 2013	Presidiu o Senado

Fonte: FERNANDES, 2017

Trajetória política de Roseana Sarney	
Ano	Cargo
1991 - 1994	Deputada Federal MA
1995 - 2002	Governadora MA
2003 - 2009	Senadora MA
2009 - 2014	Governadora MA

Fonte: FERNANDES, 2017

Roseana sempre foi uma grande aliada do pai, muitas vezes exercendo funções/posicionamentos que José Sarney não podia ou devia. Sarney é conhecido pela sua cordialidade, diplomacia, amizade. Roseana, por diversas vezes, bem orientada, posicionava-se representando o pai. São exemplos: o apoio discreto, sinalizado por Roseana, ao movimento em prol da substituição do presidente Collor pelo vice Itamar Franco, com a crise do presidencialismo; por meio de Roseana, fez muitos contatos com os demais partidos para viabilizar o plebiscito de 21 de abril de 1994, que, no entanto, aprovou a manutenção do regime

² <http://www.josesarney.org/biografia/>

presidencial, Roseana articulou também as candidaturas de Costa e Lobão para o Senado; fez com Quércia um acordo de não agressão dentro do partido e, ao mesmo tempo, encarregou sua filha Roseana de transmitir ao candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, sua disposição de aliar-se a ele, caso vencesse as prévias; Roseana, assim como os irmãos, são sócios de diversos veículos de comunicação do grupo Sarney, assunto abordado no próximo capítulo.

Trajetória política de Sarney Filho	
Ano	Cargo
1979 - 1983	Deputado Estadual MA
1983 - 2016	Deputado Federal MA
1999 - 2002	Ministro do Meio Ambiente
2016 - atualmente	Ministro do Meio Ambiente

Fonte: FERNANDES, 2017

O pai de Sarney, Sarney de Araújo Costa, foi promotor de Justiça e chegou a Desembargador no Maranhão. Hoje o Fórum de São Luís leva seu nome.

Evandro Sarney Costa, irmão de José Sarney, teve participação na política e elegeu-se deputado estadual no período de 1954 a 1970, mandato a que foi reconduzido em diversas e sucessivas legislaturas. Foi ainda conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, cargo em que se aposentou.

A família Ferreira é muito próxima politicamente e sempre esteve ao lado de seus parentes, a família Sarney. Albérico Ferreira, tio de Sarney, foi ex-deputado estadual por três mandatos, sendo presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão e, também, presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Albérico Filho, primo de Sarney, foi deputado federal (1987–1991, 1995–2003, 2005–2009), prefeito de Barreirinhas (2009–2013) e deputado estadual (1983–1987).

Nelma Sarney, cunhada de José Sarney, casada com seu irmão Ronald, é Desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, eleita em 2001. Diversos Desembargadores do TJMA foram indicados pela família Sarney ao longo dos anos, como Raimundo Cutrin, Fróz Sobrinho e Ricardo Dualibe.

Ricardo Murad, cunhado de Roseana, foi deputado estadual e deputado federal do Maranhão. Chegou a ser seu secretário de Saúde. Conseguiu eleger em 2014 sua filha, Andrea Murad, e genro, Souza Neto.

À primeira vista pode-se pensar que da família Sarney, apenas Sarney Filho está exercendo mandato, mas não só muitos parentes e afilhados continuam ocupando cargos eletivos e de nomeações, como também novos nomes entraram para a política nacional

recentemente, como é o caso de Adriano Sarney, eleito para Deputado Federal , e também Victor Mendes (filho do prefeito de Pinheiro, Filuca Mendes, primo de Roseana) também para o seu primeiro mandato de Deputado Federal, mas ele já foi eleito por duas vezes Deputado Estadual.

OS NEVES DA CUNHA

Figura mais conhecida atualmente, Aécio Neves Ex-Governador de Minas, Senador e candidato às últimas eleições presidenciais, é de uma tradicional família de políticos mineiros. Por parte de mãe, como é de amplo conhecimento (até mesmo pelo sobrenome que usa), Aécio é neto de Tancredo Neves, personagem fundamental na redemocratização do país, presidente eleito do Brasil, primeiro-ministro do Brasil, governador de Minas Gerais, senador da República e ministro da Justiça do governo de Getúlio Vargas. Mas também e não menos relevante, pelo lado paterno, é neto de Tristão Ferreira da Cunha, advogado e professor, que atuou como secretário de agricultura, indústria e comércio do governo estadual de Juscelino Kubitschek, e foi deputado estadual e federal por quatro vezes. A família de Tristão Ferreira da Cunha remonta, politicamente, aos primeiros governos republicanos e a de sua mulher, Júlia Versiani Ferreira da Cunha, à nobreza brasileira, com a família Caldeira Brandt.

Aécio Neves é ainda filho do ex-Deputado estadual e federal Aécio Cunha, primo do Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) e de Getúlio Vargas.

Trajetória política de Aécio Neves	
Ano	Cargo
1977	Oficial de gabinete do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (seu avô Tristão integrava)
1977 - 1981	Secretário do gabinete parlamentar de seu pai na Câmara dos Deputados
1982	Participar da campanha eleitoral para o governo de Minas Gerais. Tancredo candidato.
1983	Nomeado secretário do governo de Tancredo em MG
1983 - 1984	Presidiu a ala jovem mineira do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
	Participou do movimento Diretas Já e da campanha de Tancredo à presidência da República

1985	Nomeado pelo avô como secretário de Assuntos Especiais da Presidência da República. Renunciou poucos meses após, com a morte de Tancredo.
1985	Indicado diretor de loterias da Caixa Econômica Federal; o ato de nomeação foi assinado pelo presidente Sarney e pelo ministro da Fazenda Francisco Dornelles, primo de Aécio
1987 – 2002	Deputado Federal
1996	Eleito presidente do PSDB de Minas Gerais
2001 – 2002	Presidente da Câmara dos Deputados, com o apoio de Mário Covas
2003 - 2010	Governador de Minas Gerais
2011 - atualmente	Senador
Em dezembro de 2012, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso lançou Aécio como pré-candidato do PSDB à presidência em 2014. Aécio disputou o segundo turno com Dilma Rousseff, perdendo por uma diferença pequena. A eleição ficou marcada por ser a mais acirrada da história.	

Fonte: FERNANDES, 2017

Trajetória política de Tristão da Cunha ³ (avô paterno de Aécio Neves)	
Ano	Cargo
1916	Vereador de Teófilo Otoni
1922 - 1924	Oficial-de-gabinete do secretário estadual de Finanças de MG
1934 - 1937	Deputado Estadual
1946	Secretário de Educação e Saúde Pública de MG
1947 - 1950	Deputado Federal
1950	Deputado Federal
1950 - 1953	Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de MG
1953 - 1955	Deputado Federal
1955 - 1958	Secretário de Finanças de M
1958 - 1963	Deputado Federal
1964 – até sua morte	Presidente CADE

Fonte: FERNANDES, 2017

Tristão era casado com Júlia Versiani Ferreira da Cunha — filha de tradicional família atuante na política mineira (prima-irmã do 1.º Visconde com Grandeza de Barbacena e 1.º Marquês de Barbacena e do 1.º Visconde de Gericinó – a família Caldeira Brandt), com quem

³ <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tristao-ferreira-da-cunha>

teve Aécio Ferreira da Cunha (pai de Aécio Neves). Seu sobrinho, Sadi da Cunha Pereira, foi deputado estadual em Minas Gerais entre 1959 e 1963.

Seu primo, Simão da Cunha Pereira⁴, em 1923 foi eleito senador estadual, reeleito em 1927, foi nomeado prefeito municipal de Peçanha, mantido no poder pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas. Foi também Deputado constituinte em 1934 e deputado federal de 1935 a 1937. Um de seus filhos, Antônio Augusto da Cunha Pereira, foi prefeito de Peçanha.

Ainda com relação a Simão da Cunha Pereira, primo de Tristão (avô paterno de Aécio Neves), os dois são oriundos de uma família com tradição política bem anterior. O avô, também chamado Simão, foi presidente da Assembleia Provincial no Império, já o pai, outro Simão Cunha Pereira, participou da primeira Constituinte republicana mineira, instalada em 1891, foi deputado federal de 1894 a 1896 e senador estadual. Seu irmão, Edgardo da Cunha Pereira Sobrinho, foi deputado federal de 1918 a 1920. O filho de Edgardo, Simão Vianna da Cunha Pereira⁵, foi deputado estadual em 1947 - 1951, 1951 - 1955, 1954 e 1958 e deputado federal em 1962. Foi primeiro suplente de Itamar Franco, mas faleceu sem assumir. Ocupou o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Trajetória política de Aécio Ferreira da Cunha* (pai de Aécio Neves)	
Ano	Cargo
1955 - 1963	Deputado Estadual
1963 - 1987	Deputado Federal
1988	Foi nomeado ministro do TCU pelo presidente José Sarney, mas declinou do cargo
Na presidência de Itamar Franco, foi nomeado presidente do Conselho de Administração do BNDES e, posteriormente, conselheiro de Furnas Centrais Elétricas e da Cemig, onde permaneceu até seu falecimento	
* Foi casado com Inês Maria Neves da Cunha, filha de Tancredo de Almeida Neves, com quem teve Aécio Neves	

Fonte: FERNANDES, 2017

Sua mãe, Inês Maria, separou-se de Cunha e casou-se em 1984 com o banqueiro Gilberto Faria, fundador do Banco Bandeirantes e deputado federal.

⁴ <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/simao-viana-da-cunha-pereira>

⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Sim%C3%A3o_Vianna_da_Cunha_Pereira

Trajetória política de Gilberto de Andrade Faria ⁶ (padrasto de Aécio Neves)	
Ano	Cargo
1915 - 1918	Deputado Estadual
1930	Deputado Federal
A partir de 1948	Diretor Presidente do Banco Real, fundado por seu pai (antigo Banco da Lavoura)
1962	Deputado Federal
1966 - 1971	Deputado Federal
1971 - 1998	Presidente Banco Bandeirantes

Fonte: FERNANDES, 2017

Trajetória política de Tancredo Neves* (avô materno de Aécio Neves)	
Ano	Cargo
1935 - 1937	Vereador São João Del-Rei
1947 - 1951	Deputado Estadual
1951 - 1956	Deputado Federal
1953 - 1954	Ministro da Justiça e Negócios Interiores
1955	Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais
1956 - 1958	Diretor do Banco do Brasil
1958 - 1960	Secretário de Finanças do Estado de Minas Gerais
1961 - 1962	Primeiro Ministro do Brasil
1966 - 1974	Deputado Federal
1978	Senador
1982	Governador de MG
1985	Presidente do Brasil
* O pai de Tancredo, Sr. Francisco Neves, foi Vereador em São João Del-Rei e a família era grande defensora da República	

Fonte: FERNANDES, 2017

Trajetória política de Francisco Dornelles ⁷ (primo de Aécio Neves)	
Ano	Cargo
1959	Designado por Tancredo subchefe da Delegacia Fiscal do Estado de Minas Gerais no Rio de Janeiro
1960	Participou da campanha para governador de Tancredo Neves
1961	Secretário particular de Tancredo
1979	Secretário da Receita Federal
1985	Ministro da Fazenda
1987 - 2007	Deputado Federal
1996 - 1998	Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
1999 - 2002	Ministro do Trabalho

⁶ <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gilberto-de-andrade-faria>

⁷ <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-oswaldo-neves-dornelles>

2007 - 2014	Senador
2015 até atualmente	Vice-governador do Rio de Janeiro

Fonte: FERNANDES, 2017

Uma ligação importante a se fazer é que o avô paterno de Francisco Dornelles, Ernesto Francisco Dornelles, era irmão de Cândida Dornelles Vargas, mãe de Getúlio Vargas. Seu tio, Ernesto Dornelles, foi senador (1946-1951), governador do Rio Grande do Sul (1951-1954) e ministro da Agricultura (1956). Seu pai, primo em primeiro grau de Getúlio, casou-se, em 1932 com sua mãe, irmã de Tancredo Neves.

Francisco Dornelles e Aécio Neves são, portanto, primos de Getúlio Vargas, o que explica também a atuação histórica da família (em especial por Tancredo) em torno dos Governos Vargas e suas causas.

Quanto a Tancredo e os Neves em geral, uma outra aliança forte e de peso é a com Sarney, que mesmo após sua morte, permaneceu um grande aliado, sustentando suas indicações e fortalecendo as relações, posteriormente, com Aécio e Dornelles.

A importância do controle dos meios de comunicação

Gramsci (1980) identifica, no âmbito do Estado, a união dialética entre sociedade política e sociedade civil. À sociedade política, em sua visão, cabe a tarefa da dominação direta, utilizando o aparelho coercitivo do Estado para assegurar a obediência das classes dominadas. A esta é atribuída a missão de elaborar o consenso, projetando os interesses da classe dominante como universais, ou seja, os valores da classe que conduz a economia e a política passam a ser os valores de toda a sociedade. A hegemonia se dá, portanto, numa ação combinada entre coerção e consenso.

Enquanto a exploração capitalista se dá diretamente na base do processo produtivo, impedindo a classe dominada de ascender economicamente, as entidades “privadas” da sociedade civil atuam operando conceitos e valores que traduzem como de interesse de toda a sociedade, quando na verdade são os valores da classe dominante. A questão aqui colocada é como então a comunicação opera nos espaços de construção da hegemonia?

Como foi abordado anteriormente, o desapossamento da maioria dos cidadãos de “competências políticas” é correlativo à concentração dos meios de produção de políticos nas mãos de profissionais com competência específica. Neste sentido, a comunicação sempre foi

fator primordial de projeção dos agentes políticos, mas tomou uma proporção muito maior com a modernização e alcance dos meios de comunicação. O corpo-a-corpo ganhou instrumentalizações (rádio, inicialmente, depois TV e, mais recentemente, as mídias sociais).

Um ponto central neste estudo é observar que, se os meios de comunicação ganharam protagonismo como mecanismos de proximidade do eleitor, a concentração destes meios nas mãos de poucos políticos/famílias, ganha ainda mais relevância, torna-se fator distintivo. O que muitas vezes ocorre é que um reduzido número de personalidades emite opiniões em nome da maioria, traduzindo como de todos os interesses dos proprietários dos meios, ou do modelo econômico que financia a estrutura.

Nos grandes veículos de comunicação, e nas tabelas pode-se observar que muitos políticos/famílias detêm a concessão de grandes rádios/TVs, uma elite de comentaristas, âncoras, apresentadores, repórteres e redatores passa a ocupar um espaço privilegiado como formadores de opinião. É inegável que, para a estratégia política, que visa o crédito, a confiança, um depósito de autoridade e legitimidade num agente político, controlar estes meios, disseminando seu discurso, mostrando sua ação à distância, eficiente, capaz de responder às expectativas socialmente constituídas é um passo à frente dos demais.

A mídia “reservada” a estes grupos é também uma tradução da singularidade do campo político e como se baliza a entrada de um agente. É, sem dúvida, um espaço privilegiado onde perpassa uma direção intelectual/de discurso e também moral da classe politicamente dominante. Essa é a questão central que leva a um direcionamento cada vez maior dos grupos políticos na apropriação dos meios de comunicação.

Analisando a posse de meios de comunicação pelas duas famílias abordadas no capítulo anterior, os Sarney (também a família Lobão, completamente aliada à família Sarney) e os Neves da Cunha, vê-se com mais clareza a importância deste controle, visto que a atividade primordial, de subsistência e trabalho, de nenhuma destas duas famílias é a comunicação.

Os dados abaixo foram retirados do documento “*Relação dos Sócios das Emissoras de Rádio e Televisão*”, do Ministério das Comunicações, demonstram o potencial midiático das duas famílias estudadas. As maiúsculas S e D significam, respectivamente, “sócio” e “diretor”.

NOME DA ENTIDADE	TS	CIDADE	SÓCIOS
RADIO INTERIOR LTDA	OM FREQ.: 1230,0 KHZ	CAXIAS	(S) ROSEANE SARNEY MURAD

			(S) RONALDO AUGUSTO FURTADO COSTA
			(S) JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES
			(D) MARIA MIRTES FERREIRA PAIVA
TV ITAPICURU LTDA	TV CANAL : 09	CODO	(D) TERESA CRISTINA MURAD SARNEY
			(S) ROSILDA FONSECA GUIMARAES
RADIO MIRANTE DO MARANHAO LTDA	FM CANAL : 236	IMPERATRIZ	(D) FERNANDO JOSE MACIEIRA SARNEY
			(D) HUMBERTO DE ALMEIDA CASTRO
RADIO MIRANTE DO MARANHAO LTDA	OM FREQ.: 830,0 KHZ	IMPERATRIZ	(D) FERNANDO JOSE MACIEIRA SARNEY
			(D) HUMBERTO DE ALMEIDA CASTRO
RADIO MIRANTE DO MARANHAO LTDA	TV CANAL : 10	IMPERATRIZ	(D) FERNANDO JOSE MACIEIRA SARNEY
			(D) HUMBERTO DE ALMEIDA CASTRO
RADIO INTERIOR LTDA	OM FREQ.: 710,0 KHZ	PINHEIRO	(S) ROSEANE SARNEY MURAD
			(S) RONALDO AUGUSTO FURTADO COSTA
			(S) JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES
			(D) MARIA MIRTES FERREIRA PAIVA
RADIO MIRANTE LTDA	FM CANAL : 241	SAO LUIS	(S) FERNANDO JOSE MACIEIRA SARNEY

			(S) JOSE SARNEY FILHO
			(S) ROSEANE SARNEY MURAD
			(D) JOSE ANIESSE HAICHEL SOBRINHO
TELEVISAO MIRANTE LTDA	CANAL : 10	SAO LUIS	(S) MANOEL MORAES GUEDES
			(S) FERNANDO JOSE MACIEIRA SARNEY
			(S) JOSE SARNEY FILHO
			(S) ROSEANE SARNEY MURAD
			(D) JOSE CARLOS DE MORAIS
RADIO DIFUSORA FM DE TIMOM LTDA	FM CANAL : 260	TIMON	(S) FERNANDO JOSE MACIEIRA SARNEY
			(D) JURANDY DE CASTRO LEITE
			(S) JUAREZ DE CASTRO LEITE

Fonte: FERNANDES, 2017

NOME DA ENTIDADE	TS	CIDADE	SÓCIOS
RADIO GUAJAJARA DE BARRA DO CORDA LTDA	OM FREQ.: 540,0 KHZ	BARRA DO CORDA	(S) EDISON LOBAO (D) DORGIVAL DE ALMEIDA CASTRO (D) OLIMPIO MARTINS CRUZ (S) ALCIONE GUIMARAES SILVA
RADIO IMPERATRIZ SOCIEDADE LTDA	OM FREQ.: 570,0 KHZ	IMPERATRIZ	(D) MOACYR SPOSITO RIBEIRO (S) EDISON LOBAO (S) EDSON SPOSITO RIBEIRO

RADIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA	TV CANAL : 04	SAO LUIS	(D) MARCIO LOBAO (S) EML - PROJETOS, ASSESSORIA E PARTIC (D) EDISON LOBAO FILHO (S) LUCIANO LOBAO
RADIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA	OM FREQ.: 680,0 KHZ	SAO LUIS	(D) MARCIO LOBAO (S) EML - PROJETOS, ASSESSORIA E PARTIC (D) EDISON LOBAO FILHO (S) LUCIANO LOBAO
RADIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA	OT FREQ.: 4755,0 KHZ	SAO LUIS	(D) MARCIO LOBAO (S) EML - PROJETOS, ASSESSORIA E PARTIC (D) EDISON LOBAO FILHO (S) LUCIANO LOBAO
RADIO E TV DIFUSORA DO MARANHAO LTDA	FM CANAL : 232	SAO LUIS	(D) MARCIO LOBAO (S) EML - PROJETOS, ASSESSORIA E PARTIC (D) EDISON LOBAO FILHO (S) LUCIANO LOBAO

Fonte: FERNANDES, 2017

A família de Sarney detém uma das maiores fortunas do Maranhão, com dezenas de imóveis e meios de comunicação. Ex jornalista dos Diários Associados, Sarney começou a construir seu império de comunicação durante a Ditadura militar no Brasil, quando adquiriu em 1973 o então Jornal do Dia, que transformou no atual O Estado do Maranhão. O diário foi a base, os primórdios do Sistema Mirante de Comunicação montado por Sarney, que seria ampliado na década de 1980 (sob sua própria gestão como presidente da República), com a TV Mirante (geradora, e atual retransmissora da Rede Globo) e as rádios Mirante. Como visto os filhos de José Sarney, Fernando, Roseana e Sarney Filho aparecem no cadastro do Ministério das Comunicações como sócios de dezenas de emissoras de rádio ou de televisão no Maranhão.

Nome	Canal analógico	Canal digital	Cidade
TV Mirante São Luís	10	29	São Luís
TV Mirante Imperatriz	10	29	Imperatriz
TV Mirante Cocais	08	28	Caxias
TV Mirante Santa Inês	13	29	Santa Inês
TV Mirante Balsas	06	31	Balsas

O jornal O Estado do Maranhão é considerado, até hoje, o principal Jornal do Maranhão, apesar de muito criticado por sua abordagem tendenciosa, como, por exemplo, ignorar escândalos de corrupção da própria família, fazer uso político em época de eleição, publicar falsas notícias com fins eleitorais contra desafetos políticos de Sarney e aliados.

Algumas abordagens ou ocultamentos por parte do jornal receberam, em especial, muitas críticas. Foram eles:

- Em 1994 - campanha aberta a então candidata, Roseana Sarney, prevendo uma vitória no 1º turno, o que não ocorreu. Ela venceu no 2º turno, em meio a diversas acusações de fraude eleitoral. Esta estratégia foi repetida pelo jornal em 1998.
- Em 2002 - o jornal não veiculou o Escândalo da Lunus, ao contrário de outros jornais, que envolvia a Roseana e o marido Jorge Murad Júnior. No mesmo ano, fez campanha ao aliado sarneísta José Reinaldo Tavares contra Jackson Lago.
- Em 2003 - o mesmo jornal que fez campanha à José Reinaldo, passou fazer críticas ao governo, quando este governo não estava mais alinhado com mais os interesse da Família Sarney. Constantes ataques dos meios de comunicação da Família Sarney, agravado pelos atritos entre a esposa de José Reinaldo Tavares, a Sra. Alexandra, e Roseana Sarney, foram uns dos fatores do rompimento de Tavares com os Sarney, em maio de 2004. A partir disso, a acusação de José Reinaldo é a de que o jornal teria se dedicado a publicar falsas notícias de corrupção do governo.
- Em 2006 - cobertura tendenciosa a favor de Roseana e contra Jackson Lago, inicialmente publicando que ela venceria no 1º turno, com folga, indicando inclusive o IBOPE como referência, o que não se confirmou. No 2º turno, o jornal repetiu novamente o mesmo posicionamento e Roseana, que apesar ter ganho no 1º turno com menos de 50% dos votos, perdeu de virada para Jackson Lago no 2º turno.⁸

⁸ Matéria 'O Estado do Maranhão' desqualifica suas pesquisas e tenta culpar o Jornal Pequeno». *Jornal Pequeno*. 2 de novembro de 2007.

- Em 2009 - em meio ao novo escândalo envolvendo membros da família no Senado, o jornal teria distorcido as versões de notícias apresentada pela imprensa nacional⁹ (o jornal não veiculou, especialmente na Grande São Luís, as graves acusações de Sarney com nepotismo, conta no exterior, desvio de dinheiro público e tráfico de influência, sob alegação que as denúncias foram feitas pela oposição para atingir Sarney e o Governo Lula, que naquela época eram aliados).

NOME DA ENTIDADE	TS	CIDADE	SÓCIOS
RADIO COLONIAL FM LTDA	FM CANAL : 249	SAO JOAO DEL REI	(D) ANDREA NEVES DA CUNHA (S) JOAO BOSCO DE CASTRO TEIXEIRA
RADIO ARCO-IRIS LTDA	FM CANAL : 256	BETIM	(D) ANDREA NEVES DA CUNHA (S) INES MARIA NEVES FARIA
FUNDACAO CULTURAL CAMPOS DE MINAS	TV CANAL : 11 E	SAO JOAO DEL REI	(E) JOSE GERALDO DANGELO (E) EUCLIDES GARCIA DE LIMA FILHO (E) NEWMAN LUIZ TORGA DA SILVA
RADIO INDEPENDENCIA LTDA	FM CANAL : 296	CLAUDIO	(D) FERNANDO QUINTO ROCHA TOLENTINO (S) TANCREDO AUGUSTO TOLENTINO NEVES (S) MUCIO GUIMARAES TOLENTINO
RADIO SAO JOAO DEL REI S A	OM FREQ.: 970,0 KHZ	SAO JOAO DEL REI	(S) TANCREDO AUGUSTO TOLENTINO NEVES

⁹ Matéria de Diogo Schelp (5 de agosto de 2009). “Só lá Sarney é santo” – Revista Veja

			(S) (ESP.) ANTONIO DE PAULA AFFONSO (S) CUSTODIO DE ALMEIDA MAGALHAES NARCISO DA SILVA (S) MARIA DE LOURDES BAETA AZEVEDO (S) FRANCISCO MANUEL BAETA AZEVEDO + 10 sócios
JORNAL “GAZETA DE SÃO JOÃO DEL REI”			Herval Cruz Braz diretor de honra (in memoriam), cuñado de Aécio Neves

Fonte: FERNANDES, 2017¹⁰

Observa-se que Andrea Noves, a irmã de Aécio Neves e sua principal articuladora de campanhas é sócia da Rádio Arco-Íris (FM 99,1 MHz), sediada em Betim, na zona metropolitana de Belo Horizonte, e retransmissora da Jovem Pan para a Grande BH. A rádio está entre as principais parceiras da marca Jovem Pan no país, com alcance acima da marca de 1 milhão de ouvintes por mês é considerada um dos principais canais de comunicação jovem no país, segundo o próprio Grupo Jovem Pan, em nota oficial de 06 de Março de 2015¹¹.

O principal acionista da Rádio São João Del Rei (AM 970 Khz) é Tancredo Augusto Tolentino Neves, que tem o mesmo nome do presidente eleito em 1985. Advogado, Tancredo Augusto é tio de Aécio Neves e assumiu em 2010 a presidência da Prominas, empresa pública estadual encarregada de promover eventos na área de turismo e administrar grandes centros de convenções, como o Minascentro e o Expominas.

A irmã de Aécio, Andrea Neves da Cunha, jornalista responsável pelas principais decisões referentes à comunicação na campanha do candidato à presidência, é a principal sócia e diretora da rádio Vertentes (FM 95,3 MHz), na mesma São João Del Rei. A rádio é conhecida pela programação musical, voltada principalmente para o público jovem.

¹⁰ (<http://www.mc.gov.br/rtv/licitacao/ACIONISTAS.pdf>).

¹¹ (http://www.aesp.org.br/noticias_view_det.php?idNoticia=5272)

Importante ressaltar ainda que Aécio Neves, então candidato à Presidência da República em 2014, declarou ações da empresa Diários Associados S/A, grupo que opera 10 emissoras de TV, 12 rádios e 11 jornais no país.

O artigo 54 da Constituição brasileira afirma que deputados e senadores não devem "firmar ou manter contrato com empresa concessionária de serviço público". Como o artigo não foi regulamentado, na prática políticos podem ser sócios de empresas de comunicação, mas não podem exercer cargo de diretor, além disso, nada diz sobre os candidatos.

O poder simbólico, praticamente invisível, é facilmente observado neste controle dos meios de comunicação. Constitui-se em objeto de disputa e envolve estratégias para conservá-lo ou adquiri-lo, como predisse Bourdieu (2010). Vê-se as vantagens materiais, mas principalmente, em se tratando destes agentes políticos, as simbólicas, associadas à posse do capital político que é a comunicação.

Ao estudar as elites políticas, estas classes dominantes, não se pretende fazer um julgamento de valor, mas somente analisar o mecanismo de convencimento e conservação do poder.

Para se tornar dirigente, uma classe deve convencer o conjunto das outras classes de que ela é a mais apta a assegurar o desenvolvimento da sociedade. Ela deve defender a sua concepção de vida, os seus valores etc, de tal modo que o conjunto dos grupos sociais adira a eles, ou pelo menos, não os rejeitem globalmente. Ela deve convencer: ela não pode impor que uma classe social pense como ela. A ideologia não é o domínio da força, mas o do consentimento.

Bourdieu aborda a questão, como viu-se no capítulo teórico, explicando que esta dominação simbólica é forjada num trabalho anterior, longo, paulatino, praticamente invisível, que culmina neste crédito ao agente político, que dispõe a esta obediência em termos de votos, praticamente sem questionar. Portanto, a legitimação da dominação simbólica é condição de validade de toda sorte de poder político e os meios de comunicação ajudam sobremaneira na proximidade, nos esquemas de produção e percepção do agente como completamente integrado ao campo político e dotado do corpus de saberes da política, o que o naturaliza como um legítimo representante dos interesses dos eleitores.

Não se pretende dizer que se trata de uma dominação é total, absoluta. São notórias e cada vez mais frequentes e/ou veiculadas as contradições e conflitos no processo de dominação/preponderância política. É justamente na esteira destas contradições que as forças políticas emergentes armam suas estratégias de disputa.

Para se entender melhor a disputa pelas concessões de rádio e TVs, uma análise histórica se faz necessária, até mesmo para se compreender a sua importância e o seu valor.

Desde a abertura democrática brasileira, ocorrida com João Baptista Figueiredo, o último presidente do período militar (1979- 1985) o País vive uma nova fase nas relações entre o Estado (responsável pelas concessões) e os detentores de licenças de transmissão radiofônica (concessionários), pois esta abertura exigia que se começasse a negociar com o Congresso. Assim, “é a partir do governo Figueiredo que as concessões passam a ser empregadas como moeda política em Brasília, nas negociações entre o Executivo e o Legislativo” (Moreira, 1998: 86)

A “troca de favores”, o “toma lá, dá cá” – que nos anos seguintes se tornou característico nas concessões de emissoras de rádio em todo País – se intensifica a partir de então, com o número cada vez maior de políticos (senadores, deputados federais, estaduais, prefeitos, vereadores, apadrinhados e outros), detentores de rádios e canais. Ocorre que, se uma mudança era esperada no primeiro governo civil, após duas décadas de ditadura militar, onde a prática podia ser vista com mais aceitação e naturalidade, investiu-se no mesmo cenário. José Sarney, para garantir a manutenção do mandato de 5 anos (1985-1989) tornou-se o recordista na distribuição de emissoras de rádio e TV como moeda de barganha política.

Sarney foi alvo de graves acusações de utilização de recursos públicos na conquista do voto de parlamentares e a principal moeda de troca teria sido a concessão de canais de rádio e televisão. Segundo a Folha de S. Paulo (28/11/1993), os registros do Ministério das Comunicações revelam que, durante sua gestão, Sarney beneficiou amigos com concessões, procedimento justificado por um de seus filhos, Fernando: “*É natural que se dê preferência aos amigos.*”

Um levantamento feito pela Federação Nacional dos Jornalistas e citado pela Folha de S. Paulo (3/9/1995) demonstra que até março de 1979, data da posse de Figueiredo, havia 1.483 emissoras de rádio e TV no Brasil. Durante o governo de Sarney, foram distribuídas 1.091 concessões, 257 no mês que antecedeu a promulgação da Constituição. Daquele total, 165 beneficiaram 91 parlamentares, 90% dos quais votariam a favor do mandato de cinco anos. Também ganhariam concessões do governo ministros, governadores, jornalistas e funcionários da administração pública.

Hoje em dia, no campo político, e mais especificamente na disputa eleitoral, os tempos dos programas de rádio e TV são peça central. Isso porque a visibilidade midiática, a chance de ter alguns segundos de “vitrine”, é um dos principais definidores do resultado das urnas, até

mesmo porque a concorrência é grande e muitas vezes esta é a chance inclusive de se fazer conhecer. Com este intuito, as candidaturas fazem composições/alianças, muitas vezes impensáveis e até sem muito sentido ideológico, para garantir maior tempo no programa eleitoral obrigatório e investem vultosas somas em estúdio e produção.

O tempo na TV e rádio durante o horário eleitoral é calculado segundo uma conta complexa, que beneficia sobremaneira os grandes partidos e dificulta a entrada no campo político de principiantes.

Segundo informações do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – Siacco, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), 32 Deputados e oito Senadores são proprietários, sócios ou associados de canais de rádio e tv. Dessa forma e entendendo as regras para tempo de rádio e TV por candidato, é que se tem uma noção do quão privilegiado é este espaço informal e por vezes transvestido de disputa pelo voto antes mesmo do período de campanha determinado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Estes 40 parlamentares são hoje alvo de uma ação no Supremo Tribunal Federal, protocolada dezembro de 2015, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com o apoio do Intervozes, que questiona a constitucionalidade da participação de políticos titulares de mandato eletivo como sócios de empresas de radiodifusão e pede medida liminar para evitar a ocorrência de novos casos. Esta lista também foi entregue ao Ministério Público Federal numa representação denunciando os políticos.

Esta representação traz nomes muito conhecidos do mundo político, como o do Senador Fernando Collor e dos Deputados Sarney Filho (PV-MA), Elcione Barbalho (PMDB-PA) – ex-mulher de Jader Barbalho, Antônio Bulhões (PRB), Beto Mansur (PRB) e Baleia Rossi (PMDB).

Para o procurador geral da República, Rodrigo Janot, o princípio de isonomia, segundo o qual os candidatos e partidos devem ter igualdade de chances na corrida eleitoral é muito importante, precisa ser preservado e a posse de canais de rádio e TV por políticos fere a liberdade de expressão. Em seu parecer, favorável à ADPF 379, Janot argumentou que *“a dinâmica social produz normalmente desigualdades – há, de fato, aqueles com maior poder econômico ou que detêm, na órbita privada ou na pública, função, cargo ou emprego que lhes confere maior poder de influência no processo eleitoral e político”*. Porém, de acordo com ele, *“não deve o próprio Estado criar ou fomentar tais desigualdades, ao favorecer determinados partidos ou políticos por meio da outorga de concessões, permissões e autorizações de serviço público, em especial de um relevante como a radiodifusão”*.

Ao longo dos anos, a prática das concessões de rádios e TVs à políticos ficou mais sutil, tem-se mais cuidado e desvelo ao fazê-la, mas não foi abandonada. O projeto “Excelências”, vinculado a Transparência Brasil, mostra que governo de Fernando Henrique Cardoso distribuiu pelo menos 23 outorgas para políticos, enquanto o governo de Luiz Inácio Lula da Silva concedeu, até agosto de 2006, pelo menos sete canais de TV e 27 outorgas de rádio a fundações ligadas a políticos. Entre os anos de 2007 a 2010, 68 congressistas eram ligados a pessoas jurídicas concessionárias de radiodifusão, enquanto no período de 2011 a 2014, 52 Deputados federais e 18 Senadores eram sócios ou associados de concessionária.

Em relação à legislatura atual (2015-2019), este mesmo projeto expõe que 43 Deputados são detentores de concessão de serviços de rádio ou TV, totalizando 8,4% do total dos membros da Câmara dos Deputados. Já no Senado Federal a situação é ainda mais acintosa, pois 19 Senadores são concessionários, representando um percentual de 23,5% dos membros da casa. Ou seja, de 594 parlamentares eleitos, 63 tem outorgas de meios de comunicação, atingindo a marca de mais de 10% do Congresso Nacional. Em alguns estados esta proporção pode ultrapassar os 50%.

Estes percentuais são tidos analisando-se as outorgas oficialmente feitas em nome de parlamentares. Há que se pensar que existem os casos em que os parlamentares mantem influência a partir de laranjas ou parentes no quadro societário dos veículos. É, por exemplo, o caso do Senador Eunício de Oliveira (PMDB-CE) que tem sua esposa Mônica Paes de Andrade Lopes de Oliveira, o irmão Edilson Lopes de Oliveira e o seu correligionário Gaudêncio Lucena como sócios proprietários da Rádio Tempo FM, em Juazeiro do Norte. A situação de controle político sobre os meios de comunicação expõe uma questão complicada de conflito de interesses, visto que o próprio Congresso Nacional é o responsável pela apreciação dos atos de outorga e renovação de concessões e permissões de radiodifusão.

Os nomes de destaque na política nacional, entre eles o de Aécio Neves, demonstram que a posse destes meios de comunicação por poucos e poderosos politicamente, o que chega a ser chamado de “coronelismo eletrônico”, diferente do que se possa pensar, não é um fenômeno restrito às zonas rurais, desinformadas, pobres ou nordestinas. A questão é completamente generalizada e crucial para qualquer político, seja qual eleitorado ele tenha.

Na grande São Paulo, após ações civis públicas movidas pelo MPF e pelo Intervenções, em iniciativa oriunda do Fórum Interinstitucional pelo Direito à Comunicação (Findac), o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) determinou, em abril deste ano, o cancelamento das concessões de cinco emissoras de rádio que têm como sócios proprietários

os Deputados federais Baleia Rossi (PMDB-SP) e Beto Mansur (PRB). A medida atende ao pedido do Ministério Público Federal que, por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), em São Paulo, ajuizou ações civis públicas contra os parlamentares em novembro de 2015. Alguns meses depois, porém, a liminar que determinava a retirada do ar da Rádio Cultura FM, e Rádio Cultura São Vicente, de propriedade de Beto Mansur, foi suspensa. Mais recentemente, em agosto deste ano, também por meio de liminar, foi determinada a interrupção das transmissões da Rádio Metropolitana Santista Ltda (1.240 MHz) de propriedade de Antônio Carlos Bulhões (PRB-SP).

Um exemplo consolidado mostra também como estes meios de comunicação passam de pai para filho, são também herança política. A Rádio Cultura AM foi inaugurada em São Vicente, em 1946 e depois transferida para Santos. A emissora foi fundada por Paulo Salim e Jorge Mansur. Em 1958, o então diretor, Paulo Jorge Mansur, desdobrou a emissora em duas rádios – Rádio Cultura S. Vicente AM e Rádio Cultura de Santos FM –, ambas pertencentes à Sociedade Rádio Cultura São Vicente LTDA. A rádio foi a segunda emissora do Brasil a entrar no ar e, desde então, cumpre papel político central nas disputas locais.

O fundador da rádio, Jorge Mansur, acumulou popularidade ao apresentar o programa “A voz do povo” e foi eleito Deputado por três mandatos. A partir de 1964, a Sociedade Cultura de São Vicente LTDA passou a ser constituída por Paulo Roberto Mansur, Gilberto Mansur e Maria Gomes Mansur, filhos de Paulo Jorge Mansur, que se desligou juridicamente, por motivos políticos. Seu filho Paulo Roberto Mansur (Beto Mansur), foi eleito – primeiramente vereador (1989), depois Deputado federal (1991), prefeito (1996) e reeleito em 2000 – grande parte de sua campanha tendo sido veiculada pela rádio. A família ampliou seus negócios também para a televisão. Em 2001, os Mansur venceram a concorrência pública do canal 46 de Santos.

Abaixo está a relação dos 40 parlamentares, Deputados federais e Senadores, sócios de empresas prestadoras de serviços de radiodifusão que aparecem no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – Siacco, da Anatel e sua relação parental direta com políticos.

Posse de empresas prestadoras de serviços de radiodifusão X Relações de parentesco com políticos	
Parlamentares sócios de empresas prestadoras de serviços de radiodifusão, de acordo com o SIACCO, em 2015	Relação direta de parentesco com outros políticos

<p>1. Adalberto Cavalcanti Rodrigues, PTB-PE (Prefeito de Afrânio, Deputado Estadual, Deputado Federal). Tem participações da rádios FM Rio Pontal em Afrânio.</p>	<p>É irmão de Osvaldo Cavalcanti Rodrigues, ex vice-prefeito de Afrânio (2001-2004, PPS-PE; 2005-2009, PTB-PE) e de Paulo Cavalcanti Rodrigues, ex-vereador de Petrolina (2005-2009, PDT-PE). Sua mãe, Maria Coelho Cavalcanti Rodrigues, foi vice-prefeita de Afrânio por dois mandatos e seu pai, Raimundo Fernandes Rodrigues, foi vereador de Petrolina.</p>
<p>2. Afonso Antunes da Motta, PDT-RS (Detém concessão de radiodifusão; é sócio de oito canais da RBS TV e diretor de outros 70 da RBS Participações. Trabalhou em diversas funções no Grupo RBS, sendo o idealizador do Canal Rural. Presidiu a Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (AGERT-RS), foi conselheiro da OAB e é um dos conselheiros do Sport Club Internacional.) Foi Secretário de Estado do Gabinete dos Prefeitos até dezembro de 2013 e, atualmente, é vice-presidente estadual do Partido Democrático Trabalhista.¹²</p>	<p>O avô, Afonso Antunes, foi presidente do PTB em Alegrete. O tio, Leocádio Antunes, foi Deputado estadual e presidente do BNDES durante o governo João Goulart. E seu pai, Cassiano Pahim da Motta, foi vereador, presidente da Câmara de Vereadores e vice-prefeito.</p>
<p>3. Aníbal Ferreira Gomes, PMDB-CE (Foi Deputado federal nas quatro legislaturas anteriores, pelo PMDB (1995-1999/ 2003-2007/ 2007-2011) e pelo PSDB (1999-2003). Também foi prefeito pelo PMDB do município cearense de Acaraú 1989-1993).</p>	<p>É irmão do Deputado estadual Manuel Duca (eleito pelo PRB-CE, hoje do PROS) e marido da ex-vice-prefeita de Acaraú (CE) Rossana Borborema. Primo de João Jaime Ferreira Gomes, ex-prefeito de Acaraú.</p>
<p>4. Antônio Carlos Martins de Bulhões, PRB-SP (É bispo evangélico, administrador e apresentador de TV. Detém concessão de radiodifusão. Está em seu terceiro mandato de Deputado Federal.¹³</p>	
<p>5. Átila Freitas Lira, PSB-PI (Nomeado para o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1975, nomeado inspetor da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) em 1977, nomeado Secretário de Trabalho e Ação Social pelo então governador e mantido pela sucessora, foi presidente do Instituto de Assistência Médica e Hospitalar e à seguir, presidente da Fundação Estadual do Trabalho. Foi também Secretário de Educação do estado em diversos mandatos. Eleito Deputado Federal em 1986, reeleito em 1990, em 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014.</p>	<p>Sua família controla a Faculdade Santo Agostinho, em Teresina. Tem apoio do expressivo político piauiense, Freitas Neto, ex-Governador e Ministro.</p>
<p>6. Bonifácio José Tamm de Andrada, PSDB-MG (Suplente na legislatura (2011-2015), assumiu o mandato em 2011 na vaga de Narcio Rodrigues (PSDB), que assumiu como secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais. Foi Deputado federal oito vezes consecutivas:</p>	<p>Era descendente do patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva. Filho do ex-Deputado ex-presidente da Câmara dos Deputados, Zezinho Bonifácio; irmão do Deputado federal Bonifácio José Tamm de Andrada; tio do Deputado estadual Lafayette</p>

¹² <http://www.pdtrs.org.br/pdt-rs/Deputados-federais/10-afonso-motta>

¹³ <http://www.politicos.org.br/antonio-carlos-martins-de-bulhoes>

<p>pela Arena (1979-1983), pelo PDS (1983-1987/ 1987-1991/ 1991-1995), pelo PTB (1995-1999) e pelo PSDB (1999-2003/ 2003-2007/ 2007-2011). Também foi vereador de Barbacena (MG) pela UDN (1955-1959) e Deputado estadual quatro vezes, duas também pela UDN (1959-1963/ 1963-1967) e duas pela Arena (1967-1971/ 1971-1975). Em Minas Gerais, foi secretário estadual de Administração e Recursos Humanos (1994-1997), do Interior e Justiça (1974-1977) e de Educação e Cultura (1965). Também foi oficial de gabinete do Ministério da Agricultura (1955). Era também proprietário rural e dono de Universidade.</p>	<p>Andrada (PSDB), do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Antônio Carlos Andrada, do advogado geral do Estado, José Bonifácio Borges de Andrada e do prefeito de Barbacena, Martim Andrada.</p>
<p>7. Carlos Victor Guterres Mendes, PMB-MA¹⁴ (Empresário e administrador do Sistema Pericumã de Comunicação. Foi deputado estadual de 2007–2015, tendo apoiado fortemente Roseana Sarney. Em 2014 foi eleito Deputado Federal)</p>	<p>Filho de Filadelfo Mendes Neto (Filuca Mendes), prefeito de Pinheiro (2001-2004/2005-2008), que é sobrinho do Ex-Presidente José Sarney.¹⁵</p>
<p>8. César Hanna Halum, PRB-TO (Presidiu o Instituto de Desenvolvimento Rural de Tocantins (1999-2001) e o Sindicato do Comércio de Gêneros Alimentícios (1992-2012). É diretor da Federação do Comércio. É proprietário rural (pecuarista) e empresário da área de comunicação. Em Araguaína (TO), foi vereador (1989-1993) e prefeito (1996) pelo PFL. Também foi Deputado estadual duas vezes pelo PFL (2003-2007/ 2007-2011).¹⁶</p>	
<p>9. Damião Feliciano da Silva, PDT-PB (Deputado federal, 1999-2003, 2004-2004, 2007-2011, 2011 até atualidade. É sócio fundador da rádio Panorâmica FM de Campina Grande e sócio da rádio 100.5 FM de Santa Rita. É o Presidente do Diretório Estadual do PDT na Paraíba.)</p>	<p>Pai do ex-vereador de Campina Grande (PB) Renato Feliciano, que foi Secretário de Turismo da Paraíba e chegou a assumir a vaga de deputado estadual durante licença de Romero Rodrigues (PSDB). Renato é ainda Diretor Presidente do Sistema Rainha de Comunicação e da Rádio Panorâmica FM – Campina Grande.¹⁷ Damião é marido de Lígia Feliciano, candidata a vice-prefeita de Campina Grande na chapa encabeçada por Rômulo Gouveia (PSDB) em 2008. Lígia também disputou, sem sucesso, uma vaga ao Senado em 1998.</p>
<p>10. Dâmina de Carvalho Pereira, PMN-MG (Era diretora da Rádio Cultura de Lavras, que pertence ao conglomerado de empresas de Carlos Alberto Pereira. Na gestão do marido à frente da</p>	<p>Esposa do Ex-Prefeito de Lavras e suplente de Deputado Federal, Carlos Aberto Pereira.</p>

¹⁴ <http://www.politicos.org.br/carlos-victor-guterres-mendes>

¹⁵ <http://www.marrapa.com/patetice-do-dia-a-cara-de-pau-de-filuca-e-victor-mendes/>

¹⁶ <http://www.politicos.org.br/cesar-hanna-halum>

¹⁷ <http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20101231162520>
<https://www.clickpb.com.br/politica/rc-mantem-irmao-nomeado-em-gabinete-de-damiao-servidora-se-nega-a-dizer-se-ele-da-expediente-146094.html>

Prefeitura de Lavras, ela exerceu a função de chefe da Secretária de Bem Estar Social) ¹⁸	
11. Domingos Gomes de Aguiar Neto, PMB-CE (Tem 29 anos. Foi eleito Deputado Federal pela primeira vez em 2010 com apenas 22 anos, sendo o mais votado do Ceará e o 16º mais votado do Brasil. Foi reeleito em 2014, sendo o 4º mais votado do seu estado. Entre 2013 e 2014, se licenciou do cargo de Deputado para assumir a Secretaria Extraordinária da Copa da Prefeitura Municipal de Fortaleza) ¹⁹	É filho de Domingos Gomes Aguiar Filho (PMDB), vice-governador do Ceará e atualmente Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará, e de Patrícia Aguiar (PMDB), prefeita de Tauá (CE) e ex-secretária de Turismo da capital cearense. ²⁰
12. Elcione Therezinha Zahluth Barbalho, PMDB-PA (Foi primeira dama do do Pará por duas vezes, quando casada com Jader Barbalho. Em sua primeira disputa eletiva ao cargo de deputada federal em 1994, foi a mais votada e foi reeleita deputada federal em 1998. Vereadora de Belém em 2004 e novamente deputada federal em 2006 e reeleita em 2010 e 2014. ²¹	Ex-mulher do Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) que, em sua carreira política, foi vereador, Senador, Deputado, governador e ministro. Jader é ainda proprietário do Grupo RBA de Comunicação e do jornal Diário do Pará, e um dos acionistas da TV Tapajós, afiliada à Rede Globo. ²² É mãe do ex ministro-chefe da Secretaria Nacional dos Portos e atual ministro da integração, Helder Barbalho. Helder foi vereador de Ananindeua, em 2000, sendo o mais votado do município. Em 2002, elegeu-se Deputado estadual, tornando-se o mais votado para o cargo no estado do <u>Pará</u> em 2002. Helder também foi prefeito de Ananindeua (2005–2008), tendo assumido com 25 anos, tornando-se o prefeito mais jovem da história do Pará. Em 2008, foi reeleito. Nora de Laércio Wilson Barbalho, ex-Deputado Federal, que fundou o jornal Diário do Pará.
13. Fábio Salustino Mesquita de Faria, PSD-RN (Antes dos 30 anos foi eleito em 2006 para o primeiro mandato de Deputado federal, assumindo o primeiro lugar entre os oito representantes do Estado. Em 2010 e 2014 foi reeleito) ²³	É filho de Robinson Faria, atual Governador do Rio Grande do Norte, que foi Vice-governador e ex-Deputado estadual (reeleito 6 vezes). ²⁴ É marido de Patrícia Abravanel, filha de Sílvio Santos, dono do SBT.
14. Felipe Catalão Maia, DEM-RN (Membro de uma das famílias mais influentes do Rio Grande do Norte, Felipe ingressou	Filho de José Agripino Maia, Senador, ex-governador, que foi prefeito biônico de Natal. Agripino apoiou ainda sua ex-secretária Wilma Faria, a primeira mulher a governar o estado do

¹⁸ <http://www.lavras24horas.com.br/portal/depois-de-ter-candidatura-indeferida-carlos-alberto-pereira-indica-sua-esposa-como-candidata-a-deputada-federal/>

¹⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Domingos_Neto

²⁰ <http://www.politicos.org.br/domingos-gomes-de-aguiar-neto>

²¹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Elcione_Barbalho

²² https://pt.wikipedia.org/wiki/Jader_Barbalho

²³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Fabio_Faria

²⁴ https://pt.wikipedia.org/wiki/Robinson_Faria

formalmente na política em 2006, elegendendo-se Deputado federal. Reelegeu-se em 2010 e 2014)	Rio Grande do Norte e que é atualmente vereadora em Natal. Ele é proprietário da TV Tropical, afiliada da Rede Record no estado do Rio Grande do Norte, além da rede de emissoras de rádios vinculadas à Rede Tropical. Felipe é primo em segundo grau de César Maia, ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro, bem como do atual presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Rodrigo Maia. É neto de Tarcísio Maia, Ex-Deputado Federal e Ex-Governador e primo de Lavoisier Maia Sobrinho, ex-governador do estado. Possui também ligação de parentesco direto com o ex-ministro do Tribunal de Contas da União e ex-governador do estado da Paraíba, João Agripino Filho (já falecido).
15. Felix de Almeida Mendonça Júnior, PDT-BA (Elegeu-se Deputado Federal em 2010, sendo reeleito em 2014. É empresário ligado ao setor rural, engenharia e radiodifusão, sendo proprietário da Rádio FM Macaubense, em Macaúbas, e da Rádio Patrocínio, em Paripiranga)	É filho do ex-Deputado estadual (2 vezes) e Federal (5 vezes) e ex-prefeito de Itabuna, Felix Mendonça.
16. Jaime Martins Filho, PSD-MG (Deputado Federal, 1995-1999, 2003-2007, 2011-2015, 2015-2019)	Filho do ex-Deputado estadual Jaime Martins do Espírito Santo (quatro mandatos) e da ex-vice-prefeita de Divinópolis Maria de Lourdes Martins. Seu pai foi também vereador e Vice-Prefeito. Seu irmão, Geraldinho Martins, já foi candidato à Prefeito. É neto do ex-prefeito de Nova Serrana (MG) Benjamin Martins
17. João Henrique Holanda Caldas, PSB-AL (Tem 29 anos. Em 2010 foi eleito Deputado Estadual. Foi o candidato a Deputado federal mais votado em seu estado nas eleições de 2014. Tem hoje um patrimônio maior que o de seu pai)	Pai de João Caldas da Silva, vereador (1983–1989), prefeito de Iateguara (1989–1993), Deputado estadual (1995–1999), e Deputado federal (1999–2014). Pai e filho são detentores de concessões de emissoras de rádio em Alagoas.
18. João Rodrigues, PSD-SC (Prefeito de Pinhalzinho de 2001 a 2002, prefeito de Chapecó de 2005 a 2010, Deputado Federal de 2011 até a atualidade) ²⁵ Sócio da Rádio Centro Oeste de Pinhalzinho (a rádio existe desde 1978) <i>Em todos esses anos, mais de 100 pessoas integraram os quadros sociais da emissora. Muitas despontaram tornando-se lideranças regionais, como vereadores, Deputados e prefeitos, entre eles, o atual prefeito de Pinhalzinho, Fabiano da Luz e o Deputado federal, João Rodrigues.</i> ²⁶	
19. Jorginho dos Santos Mello, PR-SC	Pai do secretário estadual de Planejamento Filipe Mello.

²⁵ <https://joaorodrigues.com.br/biografia/>

²⁶ <http://www.rco.com.br/site/empresa/>

(Foi deputado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina por 4 vezes consecutivas e deputado federal por duas vezes, também consecutivas)	
20. José Alves Rocha, PR-BA (Deputado Estadual de 1979 a 1994 – 4 mandatos e Deputado Federal de 1995 até atualmente – 6 mandatos)	
21. José Nunes Soares, PSD-BA (Exerceu o cargo de prefeito de Euclides da Cunha no período 1988—1992. Em 2006 foi reeleito para seu quarto mandato como deputado estadual, em 2010 eleito deputado federal e reeleito em 2014)	É marido da ex-prefeita de Euclides da Cunha (BA), Fátima Nunes, eleita em 2008 e reeleita em 2012.
22. José Sarney Filho, PV-MA (Eleito deputado estadual pelo Maranhão em 1978 e para deputado federal em 1982, reeleito em 1986, 1990, 1994, 1998 e 2002, 2006, 2010 e 2015, sendo um de seus principais líderes no Congresso Nacional e estando em seu nono mandato consecutivo. Foi Secretário para Assuntos Políticos do Estado do Maranhão e de Ministro do Meio Ambiente no governo de Fernando Henrique Cardoso. É o atual Ministro do Meio Ambiente.	Filho do Senador e ex-presidente José Sarney (PMDB-MA) e irmão da governadora Roseana Sarney (PMDB-MA).
23. Júlio César de Carvalho Lima, PSD-PI	É irmão do ex-prefeito de Guadalupe (PI) Georgiano Lima.
24. Luiz Felipe Baleia Tenuto Rossi, PMDB-SP (Aos 20 anos, em 1992, elegeu-se vereador de Ribeirão Preto, sendo reeleito mais duas vezes. Em 2002 foi eleito Deputado estadual, reeleito em 2006 e 2010. Em 2014 foi eleito Deputado Federal)	É filho de Wagner Rossi, ex Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2010 a 2011), ex-Deputado Federal e Estadual, foi Secretário da Educação do Estado de São Paulo, Secretário de Transportes e Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento.
25. Luiz Gionilson Pinheiro Borges, PMDB – AP Eleito Deputado Federal em 2014. Cabuçu é investigado por abuso de poder econômico e uso indevido de meio de comunicação social, em ações propostas pelo Ministério Público Eleitoral. Pesam contra ele, assim como contra o governador eleito Waldez Góes, o vice Papaléo Paes e o ex-candidato ao Senado Gilvam Borges, primo do Deputado, denúncias de uso indevido do Sistema Beija Flor de Comunicação, grupo administrado pela família Borges, formado por dois canais de televisão e 16 emissoras de rádio espalhadas por todo o Amapá. Segundo a denúncia, a empresa foi usada para promover os candidatos no pleito de 2014 e apoiar abertamente a candidatura de Gilvam Borges. Durante a campanha, as emissoras chegaram a ser interditadas duas vezes pela Justiça Eleitoral. O sistema Beija-Flor é acusado de ter mantido essa estratégia de forma ampla e contínua, apesar das diversas condenações do	É primo dos ex-Senadores e ex-Deputados Federais Gilvam Borges (importante aliado de José Sarney) e Geovani Borges, primo do ex-Senador Jonas Borges e do ex-Vice Governador Ronaldo Borges.

grupo no Tribunal Regional Eleitoral do Amapá por propaganda eleitoral irregular. ²⁷	
26. Luiz Gonzaga Patriota, PSB-PE (Deputado estadual de 1983 a 1987, Deputado Federal eleito 6 vezes). É empresário ligado às áreas de construção civil, indústria de pedras ornamentais e comunicação.	Irmão do vereador de Salgueiro Alvinho Patriota (PV).
27. Magda Mofatto Hon, PR-GO (É empresária ligada aos setores imobiliário e hoteleiro. Detém concessão de radiodifusão. Em Caldas Novas (GO), foi vereadora duas vezes (2001-2004 e 2009-2013) e prefeita (2005-2008). Teve seu mandato na prefeitura cassado em 2007 devido a abuso de poder econômico e a captação ilícita de votos na campanha de 2004. Foi deputada estadual (2003-2007) e elegeu-se deputada Federal em 2010, reeleita em 2014.	Casada com o Presidente do Partido da República, Flávio de Paula Canedo.
28. Paulo Roberto Gomes Mansur, PRB-SP (Beto Mansur um empresário do setor de comunicações (proprietário de diversos veículos de comunicação na baixada santista). Foi vereador (1989–1991), Deputado federal (1991 – 2014, três mandatos consecutivos) e prefeito de Santos por dois mandatos consecutivos (1997–2000 e 2001–2004).	Filho do ex-Deputado federal Paulo Jorge Mansur. É casado com Ylidia Mansur, ex-presidente do Fundo Social de Solidariedade de Santos. Tem grande apoio de Paulo Maluf.
29. Ricardo José Magalhães Barros, PP-PR (É Ministro da Saúde, foi Deputado Federal – eleito por quatro mandatos consecutivos e em 2014 -e prefeito de Maringá, eleito aos 29 anos. É vice-presidente nacional do PP e Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Desenvolvimento Econômico.)	Casado com a Vice-Governadora do Paraná, ex-Deputada Federal e Estadual, Cida Borghetti. É filho do ex-Deputado Federal e Estadual e ex-prefeito de Maringá, Silvio Magalhães Barros. É irmão do também ex-prefeito Silvio Barros. A família é politicamente ligada a Beto Richa.
30. Rodrigo Batista de Castro, PSDB-MG	Filho do secretário de Governo de Minas Gerais, Danilo de Castro (PSDB), ex-Deputado federal e ex-presidente da Caixa Econômica Federal.
31. Rubens Bueno, PPS-PR	Pai da vereadora de Curitiba Renata Bueno (PPS).
32. Soraya Alencar dos Santos, PMDB-RJ	
SENADORES	Seus parentes na política
33. Acir Marcos Gurgacz, PDT-RO	Filho do ex-vice-prefeito de Cascavel (PR) Assis Gurgacz, seu primeiro suplente no Senado, e irmão do vice-governador de Rondônia, Airton Gurgacz.
34. Aécio Neves da Cunha, PSDB-MG	Filho do ex-Deputado Aécio Cunha e neto do ex-presidente Tancredo Neves. É primo do Senador Francisco Dornelles (PPRJ), que é primo de Getúlio Vargas e sobrinho do ex-Senador, ex-ministro da Agricultura e ex-governador Ernesto Dornelles.
35. Edison Lobão, PMDB-MA	Marido da deputada Nice Lobão (DEM) e pai do Senador Lobão Filho (PMDB-MA).

²⁷ <http://selesnafes.com/2014/12/pre-pede-cassacao-de-waldez-e-camilo/>

36. Fernando Affonso Collor de Mello, PTB-AL	Filho do ex-Senador Arnon de Mello e neto do ex-ministro do Trabalho Lindolfo Collor. É primo de seus suplentes, o ex-Deputado Euclides Mello e Ada Mello. É pai do ex-vereador de Rio Largo (AL) Fernando James e do ex-candidato a Deputado federal Arnon Affoso de Mello Neto.
37. Jader Fontenelle Barbalho, PMDB-PA (Senador, Presidente do Senado, Deputado Federal, Governador, Ministro da Previdência Social, Ministro do Desenvolvimento Agrário, Deputado Estadual)	É o pai de Helder Barbalho, ex-prefeito de Ananindeua, em 2014 candidato a governador do estado do Pará e hoje Ministro da Integração. É ex-marido da deputada federal Elcione, filho de Laércio Wilson Barbalho, sobrinho do ator Lúcio Mauro e primo de Lúcio Mauro Filho. É casado com a deputada federal Simone Morgado.[
38. José Agripino Maia, DEM-RN	Filho do ex-Deputado e ex-governador Tarcísio Maia (RN), e pai do Deputado Felipe Maia (DEM-RN). É sobrinho do ex-Senador e ex-governador João Agripino Maia (PB), primo do ex-prefeito do Rio César Maia (DEM-RJ) e do Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). Também é primo do ex-governador Lavoisier Maia Sobrinho (RN).
39. Roberto Coelho Rocha, PSB-MA	
40. Tasso Ribeiro Jereissati, PSDB-CE (Um dos principais líderes nacionais do PSDB, Tasso já foi presidente do partido em três oportunidades, 1991 a 1993, 2005 a 2007 e atualmente. Governou o estado do Ceará em três gestões: 1987-1990, 1995-1998 e 1999-2002. Eleito Senador da república pelo PSDB em outubro de 2002 e 2014. Exerceu importante papel na consolidação da candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República e foi apoiado por ACM. Coordenou no Nordeste a campanha de Aécio Neves a presidência do Brasil.	É filho do falecido Senador e Deputado Federal, Carlos Jereissati.

Fonte: FERNANDES, 2017²⁸

²⁸ <http://www.politicos.org.br/>

http://congressoemfoco.uol.com.br/upload/congresso/arquivo/bancada%20dos%20parentes_camara.PDF

Conclusão

Observa-se, neste contexto complexo do atual campo político brasileiro pós democratização, que ainda hoje a delegação de poder e autoridade mais intensa aos políticos tradicionais, aos membros destas dinastias políticas, ocorre na medida da carência de capital social dos cidadãos para agirem politicamente. Não significa dizer que não existam conflitos, crises de representatividade ou entrada de novos atores no campo político,

Teve-se ao longo do estudo, a nítida percepção de que o acúmulo de capital através do trabalho político é longo e perpassa a vida de profissionais do presente e do passado. Toda a vivência no meio político é transmitida num ensinamento cotidiano, dentro do campo político, sendo incorporado e naturalizado paulatinamente. Portanto, a incorporação desses significados e esquemas é o que permite o “bom posicionamento” e a ação orientada, gerando um resultado positivo para o grupo, que são as eleições.

Partindo da construção da rede de poder e contato dos políticos, são, precisamente, estas ações, estas percepções, o modo de viver a agir na política, de forma a se reproduzirem politicamente, que se observou nesta pesquisa. A socialização nos códigos faz com que os herdeiros políticos sejam desejados naquelas funções, não se trata de imposição. O herdeiro é reconhecido, legitimado e por isso consegue também se reeleger diversas vezes.

É por isso que não faz sentido falar em excrescência quando se analisa dinastia política. Elas são muito atuais, acompanham uma agenda de trabalho atual, mas a socialização de seus membros dá uma enorme vantagem competitiva. As leis do campo político beneficiam a entrada dos herdeiros políticos, mas estes agentes precisam demonstrar total domínio do *habitus*, a incorporação completa dos saberes para conseguirem se reproduzir politicamente.

No entanto, a tarefa não é tão árdua como para um agente que adentra o campo sem nunca tê-lo vivenciado. A lógica do herdeiro é vivenciada, e até mesmo alterada e isso refuta a visão mecânica da ação política, mas esta mesma ação obedece, ainda que principiologicamente, aos interesses do grupo.

Pensar também no nepotismo, sem julgá-lo automaticamente, é pensar na fragilidade das instituições políticas, aliado às desigualdades sociais presentes no Brasil, bem como na necessidade de muito capital político para a atuação no campo. Esta estrutura favorece sobremaneira para que o fenômeno se desenvolva na forma de um sistema político próprio, de uma estratégia de classes e de famílias para a conquista, manutenção e exercício do poder pelas redes do nepotismo e herança política.

Percebe-se com clareza, no campo político, um monopólio da produção de membros por um corpo de profissionais, um pequeno grupo de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais mais experimentados. Quanto aos produtos políticos resultantes dessas poucas e especializadas unidades produtoras, resumem-se à opções, geralmente reiteradas, e de famílias com tradição na política ou vinculadas à elas.

Percebe-se, por fim, a importância do controle de meios de comunicação na disputa eleitoral e até na manutenção do eleitorado e, na prática, quão grande é a relação entre os parlamentares que tem outorgas e a tradição política de suas famílias, raros são os casos em que o parlamentar não pertence à família com ampla trajetória política, que vai além da sua. A concorrência nas eleições vem aumentando cada vez mais e a evolução dos meios de comunicação, assim como seu alcance, favorecem o contato com o eleitor. É crucial ter acesso aos meios de comunicação e um acesso “privado” gera uma enorme vantagem competitiva.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, Maria Arminda (1999). *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil* (1ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- BEZERRA, Marcos Otávio (1999). *Em Nome das Bases: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- BOURDIEU, Pierre (1986). The Forms of Capital. In: *Handbook of Theory of Research for the Sociology of Education* (Greenword Press, 1986) (pp. 46 - 58). J. E. Richardsun.
- BOURDIEU, Pierre (2010). *O Poder Simbólico* (14ª ed.). (F. T. Portugal, Trad.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre (2010a). *O Poder Simbólico* (14ª ed.). (F. T. Portugal, Trad.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre (2010b). *Razões Práticas: sobre a teoria da ação* (10ª ed.). (M. Corrêa, Trad.) Campinas, SP: Papirus, 1996.
- CANEDO, Letícia Bicalho (1994). Caminhos da Memória: Parentesco e Poder. *Revista de Pós-graduação em História da UnB, II*, 85-122.
- CANEDO, Letícia Bicalho (2002). Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). *Pro-Posições, 13*.
- CARVALHO, José Murilo de (1980). *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- CINTRA, Antônio Octávio (2007). O Sistema de Governo no Brasil. In: L. AVELAR, & A. O. CINTRA, *Sistema Político Brasileiro: uma introdução* (pp. 59-80). Rio de Janeiro; São Paulo: KonradAdenauer-Stiftung; Unesp.
- CINTRA, Antônio Octávio (2007). Presidencialismo e Parlamentarismo: são importantes as instituições? In: L. AVELAR, & A. O. CINTRA, *Sistema Político Brasileiro: uma introdução* (pp. 35-56). Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung; Unesp.
- COSTA, Ramon Bezerra (2008). *As origens do jornal O Estado do Maranhão*. *Revista PJBR*. Consultado em 04 de maio de 2017. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos10_b.htm
- COTTA, Maurizio. (1998). Parlamento. In: N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino, *Dicionário de política I e II* (V. e. Carmen C, c. t. Ferreira, & r. g. Cacaís, Trads., 11ª ed., Vol. I e II). Brasília: Universidade de Brasília.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L (2000). *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- FAORO, Raymundo (2000). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10ª ed. 2 volumes. – São Paulo: Globo; Publifolha.
- FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999). Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- FISCHER, Tânia (1992). *Poder local: um tema em análise*. *Revista de Administração Pública*, 4, 105-113.
- GRAMSCI, Antonio (1980). Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 444p.

- GRILL, Igor Gastal (2003). *Parentesco, Redes e Partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul - UFRS.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KUSCHNIR, Karina (2000). *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LANDÉ, Carl (1997). *Group politics and dyadic politics: note for a theory*. In: S. W. SCHMITD, *Friends, followers and factions* (pp. 13-37). Berkeley: University of California Press.
- LEAL, Victor Nunes (1975). *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Omega.
- MESSEMBERG, Débora Guimarães (2009). *O "Alto" e o "Baixo Clero" do Parlamento brasileiro*. Anais do 33º Encontro Anual da Anpocs.
- MESSEMBERG, Débora Guimarães (2011). *Dinastias Políticas no Parlamento Brasileiro*. Grupo de Trabalho 16 - 35º Encontro Anual da Anpocs.
- MIGUEL, Luiz Felipe (2003). *Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro*. Revista de Sociologia e política.
- OFFERLÉ, Michel (1999). *La profession politique XIX - XX siècles*. Paris: Belin.
- OFFERLÉ, Michel (2011). *Los oficios, la profesión y la vocación de la política*. PolHis (7), 84 - 99.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de (1974). *Instituições políticas brasileiras*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record.
- PALMEIRA, Moacir (1996). *Política, Facções e Voto*. In: M. G. Moacir Palmeira, *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- PERES, João (2012). *Ação no STF cobra cassação de concessões de rádio e TV nas mãos de Deputados e Senadores*. Rede Brasil Atual. Consultado em 10 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/01/acao-no-stf-cobra-cassacao-de-emissoras-nas-maos-de-Deputados-e-Senadores>
- SANTOS, Fabiano (1997). *Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira*. Revista Dados, vol. 40, nº 3. Rio de Janeiro.
- SCHWARTZMAN, Simon (1988). *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 3ª. ed., Rio de Janeiro: Campus Ltda.
- SILVA, Ilse Gomes (2013). *POLÍTICA E IDEOLOGIA NO MARANHÃO: do Maranhão Novo ao Novo Tempo*. Apresentado na IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão. Consultado dia 10 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo3-estadolutassociaisepoliticaspUBLICAS/politicaeideologianomaranhao-domaranhaonovoaoonovotempo.pdf>
- SOUZA, Jessé de (2000). *A Modernização Seletiva – Uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- WEBER, Max (1992). *Economia y Sociedad: Esbozo de sociología comprensiva*. 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Weber e a interpretação do Brasil*. Novos Estudos CEBRAP, nº 53, PP. 33-47.